

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

**ACTA Nº 2 DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE PORTO DE MÓS, REALIZADA EM VINTE E SEIS DE ABRIL DE DOIS MIL E DEZOITO**

-----No dia vinte e seis de abril de dois mil e dezoito, pelas 19.00 horas, dando cumprimento ao disposto no artigo vigésimo sétimo da Lei setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, reuniu a Assembleia Municipal de Porto de Mós, no Salão Nobre do Município, sito no Solar dos Gorjões, Largo de S. João, em Porto de Mós, em sessão ordinária, devidamente convocada, e com a seguinte ordem de trabalhos: -----

-----PERIODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:-----

-----1. *Apreciação, discussão e votação das atas das sessões anteriores;*-----

-----2. *Outros assuntos de interesse para o Concelho.*-----

-----ORDEM DE TRABALHOS:-----

-----1. *Informações da Presidente da Assembleia Municipal; (para conhecimento)* -----

-----2. *Proposta de Adesão à ANAM – Associação Nacional das Assembleias Municipais; (Apreciação, discussão e votação)* -----

-----3. *Proposta de Adesão à Associação PORPAV - Associação da Calçada Portuguesa; (Apreciação, discussão e votação)* -----

-----4. *Relatório de Gestão e Prestação de Contas de 2017; (Apreciação, discussão e votação)* --

-----5. *Relatório do Auditor Externo sobre as Contas de 2017; (para conhecimento)* -----

-----6. *Estatuto da Oposição – Lei nº 24/98 de 26 de Maio – Relatório de Avaliação do Grau de Observância do ano de 2017 (artº 10º da Lei 24/98 de 26 de Maio); (para conhecimento)* -----

-----7. *Modificação aos Documentos Previsionais 2018-2021:*-----

-----7.1. *1.ª Revisão ao Orçamento; (Apreciação, discussão e votação)* -----

-----7.2. *1ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos; (Apreciação, discussão e votação)* --

-----7.3. *1.ª Revisão às Atividades Mais Relevantes; (Apreciação, discussão e votação)* -----

-----8. *Proposta Nomeação de Auditor Externo para Certificação Legal das Contas Municipais dos Anos de 2018, 2019 e 2020 (Apreciação, discussão e votação)* -----

-----9. *Autorização prévia no âmbito da lei dos compromissos plurianuais assumidos, nos termos da alínea c) do n.º 1 do Artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro; (para conhecimento)* -----

-----10. *Abertura de procedimento concursal tendente a prover cargo de direção Intermédia de 2º grau (Chefe de Divisão Financeira, Recursos Humanos e Gestão Administrativa) - Proposta de nomeação do Júri do concurso (Apreciação, discussão e votação)* -----

-----11. *Proposta de Concessão de exploração do bar situado no edifício das piscinas municipais e do pequeno bar de apoio às piscinas exteriores; (Apreciação, discussão e votação)* -----

-----12. *Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios – Composição da Comissão*

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

Municipal; (apreciação, discussão e votação) -----

-----13. Processo n.º 06-13/2017 – Requerente: Emílio da Silva Neto; retificação da Declaração do Reconhecimento de Interesse Público Municipal, referente à ampliação de uma unidade industrial, sita em Covadas, Freguesia de São João Batista e São Pedro. (Apreciação, discussão e votação) -----

-----14. Processo n.º 06-18/2017 – Requerente: VASICOL - Olaria de Barro Vermelho, Lda.; Declaração do Reconhecimento de Interesse Público Municipal, referente à ampliação de uma unidade industrial, sita em Brejo, Moitalina, Freguesia de Pedreiras; (Apreciação, discussão e votação) -----

-----15. Processo nº 06/2017/17, Pedro Marto - Comércio e reparação de Automóveis, Lda. NIPC: 503 726 940; reconhecimento do interesse público municipal referente à regularização da atividade industrial, do estabelecimento sito no lugar de Azoio, Freguesia de Pedreiras; (Apreciação, discussão e votação) -----

-----16. Proposta de Regulamento do Conselho Municipal da Juventude de Porto de Mós; (Apreciação, discussão e votação) -----

-----17. Designação de um membro de cada partido/grupo de cidadãos eleitores representados na Assembleia Municipal para integrar o Conselho Municipal da Juventude; (Apreciação, discussão e votação) -----

-----18. Eleição de um Presidente de Junta para representação das freguesias do concelho no Conselho Municipal da Educação; (Apreciação, discussão e votação) -----

-----19. Proposta de Alteração Regulamento do Conselho Municipal da Educação de Porto de Mós; (Apreciação, discussão e votação) -----

-----20. Relatório anual da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens do Concelho de Porto de Mós; (para conhecimento) -----

-----21. Informação nos termos da alínea c), nº 2 do artigo 25º da Lei 75/2013, de 12 de Setembro. (para conhecimento) -----

-----Estavam presentes na mesa a Presidente da Assembleia, Maria Clarisse Carvalho Martins Louro, a Primeira Secretária, Olga Cristina Fino Silvestre e o Segundo Secretário, Antonio José Jesus Ferreira. -----

-----Estiveram presentes, para além dos mencionados, os seguintes membros da Assembleia Municipal: Rui Augusto Marques da Silva Pereira Neves (PS), Luís Manuel Coelho Almeida (AJSIM), José Gabriel Pires Vala (PSD), Antonio Pereira Carvalho (PS), Mário Alberto Rosa da Cruz (AJSIM), Júlio João Carreira Vieira (PSD), Rita Isabel Santos Miguel (PS), Antonio Manuel de Sousa Pires (PSD), David Miguel Feteira Salgueiro (PS), Fernanda Maria dos Santos Ferreira Marques (AJSIM), Samuel Dinis Cordeiro da Costa (PS), Cristiana Ferreira do Rosário (PSD), Antonio Manuel dos Santos Carreira

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

(AJSIM), João Guilherme Cerejo Santos Costa (PSD), Elsa Cristina Leitão dos Santos (PS), Norberto Antonio Ferreira Nascimento Feteiro (AJSIM), Cecília Lopes Palma (PSD).-----

-----Estiveram também presentes, para além dos já mencionados membros da Assembleia Municipal, os seguintes Presidentes de Junta de Freguesia: Alcides Manuel Lopes de Oliveira (PS) Presidente da Junta de Freguesia de Mira de Aire; Carlos Manuel Amado Cordeiro (PSD) Presidente da Junta de Freguesia de Serro Ventoso; Filipe da Conceição Batista (JFAS) Presidente da Junta de Freguesia de Alqueidão da Serra; João Carlos Coelho Ferreira (PSD) Presidente da Junta de Freguesia de Juncal; Jorge Paulo Costa Carvalho (PS) Presidente da Junta de Freguesia de União das Freguesias de Arrimal e Mendiga; Manuel de Freitas Barroso (PS) Presidente da Junta de Freguesia de Porto de Mós – S. João Baptista e S. Pedro; Margarida Maria Fonseca Carvalheiro Louro dos Santos (AJSIM) Presidente da Junta de Freguesia de Calvaria de Cima; Antonio Rogério de Oliveira Vieira (IPP) Presidente da Junta de Freguesia de Pedreiras; Sandra Maria da Silva Martins (PSD) Presidente da Junta de Freguesia de União das Freguesias de Alvados e Alcaria; Tiago Manuel da Costa Rei (PSD) Presidente da Junta de Freguesia de São Bento.-----

-----A Câmara Municipal fez-se representar pelo seu Presidente, José Jorge Couto Vala, estando ainda presentes os Vereadores, Eduardo Manuel Ferreira Amaral, Telma Cristina Rodrigues da Cruz, Rui Fernando Correia Marto, Marco Paulo Barbosa Lopes e Sofia Margarida Amado Pereira Caetano.-----

-----Faltaram à sessão o Vereador Fernando Manuel Marques Amado e o membro da Assembleia Municipal, Joaquim Santiago Virgílio Alves (PS).-----

-----A prestar apoio à Assembleia Municipal, nos termos do nº 2 do artigo 26º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, encontravam-se as Assistentes Técnicas Maria Fernanda Pinguicha Toureiro e Maria Alina Santos Areias.-----

-----Às dezanove horas e dez minutos, constatada a existência de quórum, a senhora Presidente da Assembleia Municipal, declarou aberta a sessão começando por cumprimentar todos os presentes. Desejou a todos uma boa sessão, esperando que decorra na defesa dos interesses próprios da população do concelho de Porto de Mós, no quadro das atribuições do Município e no uso das competências definidas por lei. Pediu depois a todos os membros da assembleia que se cumpram as regras do uso da palavra no controlo do tempo atribuído a cada interveniente. Continuou dizendo que esta sessão se vai reger pelo Regimento aprovado em 23 de fevereiro de 2018. Nesta conformidade irá dar-se início ao período de intervenção do público.-----

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

### -----1. PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:-----

-----Havendo público presente, a senhora Presidente da Assembleia Municipal perguntou se alguém se queria inscrever. Não havendo pedidos de intervenção, passou-se seguidamente ao Período de Antes da Ordem do Dia.-----

### -----PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:-----

#### -----1. Apreciação, discussão e votação das atas das sessões anteriores:-----

-----A senhora Presidente da Assembleia Municipal, passou depois a por à aprovação do plenário, a **ata nº 1 da sessão ordinária realizada em 23.02.2018**, esclarecendo que em conformidade com o disposto no n.º 3 do Art.º 34.º do Anexo ao Decreto-Lei n.º 4/2015 de 7 de janeiro, que aprovou o novo Código do Procedimento Administrativo, os Deputados Municipais, que não tenham estado presentes na sessão a que a respetiva ata diz respeito, não participam na sua aprovação.-----

-----Não havendo reparos a fazer ao texto da ata, a senhora Presidente da Assembleia pôs a mesma a votação tendo a mesma sido **aprovada por unanimidade**-----

-----Seguidamente a senhora Presidente pôs a votação a **ata nº 1 da sessão extraordinária realizada em 09.03.2018**, tendo a mesma sido **aprovada por unanimidade**.-----

#### -----2. Outros assuntos de interesse para o Concelho.-----

-----Entrando ponto 2 do período de antes da ordem do dia, a senhora Presidente da Assembleia passou a referir que estavam abertas as inscrições para quem quisesse intervir. -----

#### -----Elsa Cristina Leitão dos Santos (PS):-----

-----Depois de cumprimentar todos os presentes na pessoa da senhora Presidente da Assembleia Municipal, referiu que, dada a extensa ordem de trabalhos desta sessão, não se alongaria muito, apenas querendo colocar duas questões ao senhor Presidente da Câmara. Uma das questões prende-se com o saneamento básico de Mira de Aire, mais propriamente com a questão do alcatroamento. As ruas onde está a decorrer a obra estão repletas de fendas e buracos, existe calçada levantada nos passeios, o que já deu origem a acidentes. A estrada que vai para o cemitério, onde inevitavelmente passam as pessoas que vão em cortejo fúnebre está perigosa, cheia de remendos. Ultimamente deixaram de ser vistas as máquinas das obras, o que está a originar algum burburinho na comunidade. Hoje mesmo, foi surpreendida por um telefonema que a questionou se tinha conhecimento do atual estado da obra e se a mesma tinha sido suspensa, porque consta nas conversas de café que a empresa de alcatroamento terá removido as máquinas e abandonado a obra, alegando falta de pagamento. Disse ainda saber que o povo fala e que muitos nem têm conhecimento do que dizem, mas mesmo por isso, gostaria de ser

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

esclarecida relativamente a esta questão, para poder informar e esclarecer igualmente e da melhor forma possível, os fregueses que a abordaram. A outra questão prende-se com o logotipo da Câmara Municipal. Foi criada pelo executivo anterior uma equipa de trabalho, no âmbito do desenvolvimento do projeto de modernização administrativa, que foi responsável pela elaboração de um manual onde as normas de utilização apresentadas deviam ser respeitadas de modo rigoroso, independentemente do tipo de suporte a utilizar, por forma a garantir a coerência e a consistência da identidade da marca "Município de Porto de Mós", seguindo as linhas orientadoras definidas para o efeito. O manual e a imagem foram apresentados para votação na Assembleia Municipal de 24.11.2014, que, enquanto órgão deliberativo, aprovou por unanimidade a imagem corporativa do Município. Terminou perguntando, porque é que não está essa imagem a ser utilizada em todos os documentos da Câmara.-----

-----**Samuel Dinis Cordeiro da Costa (PS):**-----

-----Usando da palavra disse que vem mais uma vez apelar à manutenção das estradas do concelho, referindo que tem sido usada como desculpa, a colocação da rede de águas para só depois se fazer o alcatroamento. Disse depois que tal não colhe, atendendo a que essa falta de manutenção é transversal a todo o concelho e não apenas aos lugares que não estão ainda servidos pela rede de águas, perguntando ao executivo o que pretende fazer para obviar esta situação.-----

-----**Antonio Manuel de Sousa Pires (PSD):**-----

-----Usando da palavra, e depois de cumprimentar todos os presentes, referiu que na última sessão ordinária da Assembleia Municipal, que se realizou em Serro Ventoso, ouviu de um elemento do público, o senhor Luís Gil, uma acusação à Assembleia Municipal, acerca de uma situação de plágio, de um documento que teria sido aprovado por esta Assembleia e que teria por base a sua tese de mestrado. Continuou dizendo que gostaria de saber o que é que a senhora Presidente da Assembleia sabe deste assunto, e dado que está presente o Dr. Rui Neves, à data Presidente desta Assembleia, que se fosse possível, esclarecesse sobre o que sabe e sobre o que é que se passou acerca desta situação, porque afinal todos foram apanhados de surpresa.-----

-----**Mário Alberto Rosa da Cruz (AJSIM):**-----

-----Iniciou a sua intervenção cumprimentando todos os presentes, e dizendo que gostaria de colocar algumas questões ao senhor Presidente da Câmara. Começou por dizer que a primeira questão se prende com a obra da unidade de saúde de Calvaria de Cima. Trata-se de uma obra que se reveste de grande importância não só para a freguesia, mas para todo o concelho. Parece que tem havido alguns constrangimentos no que respeita a um apoio financeiro a que o anterior executivo se havia comprometido para com a freguesia da Calvaria de Cima, e que ao que

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

parece, o atual executivo não terá dotação orçamental para apoiar, nomeadamente, aquilo que falta ainda da 1ª fase da obra e depois a 2ª fase. Tendo-se vindo a assistir a uma atividade lúdica exaustiva por parte do executivo, perguntou, se em termos de prioridades, não seria de conceder um apoio substancial à freguesia de Calvaria de Cima para ultimar as obras daquela importante unidade de saúde. Disse ainda que, tendo o executivo, negociado com a freguesia de Alqueidão da Serra a atribuição de uma verba de cinquenta mil euros, em cumprimento de um compromisso eleitoral e não de obras concretas, deveria haver essa disponibilidade também para com a Calvaria de Cima, que considera ser da mais elementar justiça, questionando a posição do senhor Presidente da Câmara nessa matéria.-----

-----Referiu depois que tem ouvido, que tem sido difícil o contacto com as Juntas de Freguesia, em termos das solicitações que são feitas, não havendo resposta por parte de quem gere esses pedidos.-----

-----Disse depois que queria colocar uma questão aos vereadores do PSD e ao senhor vereador Marco Lopes, que tem a ver com ensino profissional. A Câmara, e com a intervenção do senhor vereador Marco Lopes, encetou esforços para a abertura de turmas do ensino profissional no Instituto Educativo do Juncal (IEJ), sim ou não? Também se fez constar que a Câmara Municipal de Porto de Mós, apoiou no âmbito da Comunidade Intermunicipal, a abertura e oferta de turmas do ensino profissional tendo-as entregue a este privado. Assim sendo, gostaria de saber, nomeadamente da parte da senhora vereadora da Educação, porque considera que esta renegou o que muitas vezes disse aqui nesta Assembleia, nomeadamente a defesa do ensino profissional público junto da Escola de Porto de Mós, se é esta a forma de fixar alunos em Porto de Mós, que se encontram num processo de emigração. Também gostaria de saber se da parte do executivo, houve ou não conversações, de forma adiantada, com um grupo de ensino privado, amplamente conhecido, tendo sido inclusivamente equacionados espaços físicos, para a abertura de uma escola profissional em Porto de Mós, a explorar por esse grupo.-----

-----Por último, disse que gostaria de deixar uma nota, sobre a antecipação desta sessão da Assembleia Municipal. No espírito de colaboração, foi solicitado aos líderes dos grupos municipais, pela senhora Presidente da Assembleia, a antecipação da sessão para hoje, quinta-feira, em vez de sexta-feira, em razão de compromissos profissionais, o que foi aceite. O problema é que foram confrontados com uma ordem de trabalhos com 21 pontos e uma enorme quantidade de documentação. Terminou dizendo que esta antecipação não mostrou respeito pelo órgão Assembleia Municipal, conjugado com a extensa ordem de trabalhos, não deixando espaço para uma discussão mais aprofundada de alguns assuntos que são bastante importantes. Referiu ainda o atraso na documentação que tem vindo a ser distribuída, pedindo que se estabeleçam algumas regras.-----

-----**Alcides Manuel Lopes de Oliveira (Presidente da Junta de Freguesia de Mira de Aire – PS):**-----

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Cumprimentou todos os presentes na pessoa da senhora Presidente da Assembleia Municipal.-----

----- Seguidamente, disse que queria ser esclarecido pelo senhor Presidente da Câmara sobre três questões. Continuou dizendo que, talvez em novembro, foi transmitido a todas as Juntas de Freguesia alguma reserva na distribuição de água para a rega de jardins. Como os tempos de chuva estão a terminar, disse querer saber se já há alguma coisa pensada para a retoma da rega. Disse depois que tem havido algum constrangimento nas linhas de contacto com a EDP, porque o lugar de Covão da Carvalha esteve mais de uma semana com o temporizador trocado, não tendo a EDP dado resposta aos contactos efetuados. Outra questão, relaciona-se com a limpeza de matos e terrenos. O anterior executivo da Junta de Freguesia, transmitiu-lhe que, já o ano passado, a intervenção dos sapadores na freguesia de Mira de Aire, foi sempre empurrada para frente até ao início dos incêndios e do período de calor, adiantando que este ano está acontecer o mesmo, pois quando se quiser intervir, já não se podem utilizar as máquinas pois podem provocar algum incêndio. Deste modo, sendo os seus fregueses os últimos a ser informados da necessidade de limpeza dos terrenos e atendendo à proximidade do término do prazo, alertou para o facto de, depois, os mesmos virem eventualmente a ser alvo de contraordenações. Reconheceu que muita coisa tem vindo a ser feita em termos de limpeza de terrenos, mas afirmou que o exemplo tem de vir de cima, e que se os proprietários se não virem alguma atividade nesse sentido, por parte da Câmara Municipal, principalmente junto da zona industrial, poderão sentir-se desmotivados.-----

-----**Filipe da Conceição Batista (Presidente da Junta de Freguesia de Alqueidão da Serra – JFAS):**-----

-----Usando da palavra disse que começaria, mais uma vez, pela questão da saúde, perguntando se é verdade que a presença do médico em Alqueidão da Serra só estaria garantida até junho. Depois a outra questão vai de encontro ao que o Presidente da Junta de Freguesia de Mira de Aire referiu, e que tem a ver com as comunicações aos proprietários dos terrenos que estão em incumprimento relativamente à sua limpeza. A freguesia de Alqueidão da Serra, disse pensar que foi a primeira a ser verificada, mas a verdade é que falta um mês não sabendo se há alguma justificação para todo este atraso. Continuou dizendo que a obrigatoriedade de limpar os terrenos junto da rede viária é a entidade responsável por essa estrada, numa extensão de dez metros. Assim, perguntou se terá a Câmara Municipal em apenas um mês, capacidade para limpar tudo o que é da sua responsabilidade e se afinal serão as entidades públicas as primeiras a não dar o exemplo. -----

-----Por fim, quanto à questão da iluminação pública, conforme referiu o anterior interveniente, o mesmo se passou na sua freguesia, reclamando um canal privilegiado para as Juntas de Freguesia poderem falar com a EDP, e alertando que deveria ser a Câmara a primeira a reclamar porque está a pagar a iluminação ao desbarato.-----

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----No uso da palavra o senhor Presidente da Câmara passou a responder aos anteriores intervenientes, dizendo quanto ao saneamento básico de Mira de Aire, que nesta fase não se vai alcatroar durante alguns dias, continuando-se a partir, por forma a que se justifique a empresa voltar para fazer a conclusão dos alcatroamentos. Esta situação do saneamento básico é muito complexa porque não se pode colocar alcatrão em cima da vala que se acabou de abrir, tendo primeiro que compactar. O que se está a tentar, é que desta vez não se demore tanto tempo na reposição do alcatrão. No que se refere ao logotipo, este é a marca e a marca não foi descontinuada. Foi entendimento do executivo que se devia utilizar o brasão, que é a primeira marca do Município, sem prejuízo do logotipo. Até agora têm-se encontrado documentos com sete logos diferentes uns dos outros. Entendeu-se pois, que se deviam uniformizar esses documentos com o brasão do Município que é a identidade do concelho.-----

-----Quanto à questão da pavimentação, disse que, em seis meses, a equipa de tapar buracos ainda não deixou de o fazer e que, se não se engana, neste tempo, já saíram cerca de setenta toneladas de massas para tapar buracos, sabendo-se que isso não é solução e que em algumas zonas de S. Bento, não se irá alcatroar porque está em curso o projeto para abastecimento de água. Noutros locais que não estejam condicionados por este fator, se for possível tapar os buracos, será feito, se se tratar de uma intervenção mais profunda, tem de ser estudada.-----

-----Relativamente à questão que levantou o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Mira de Aire, respondeu que a Câmara tem um plano de contenção, que será divulgado dentro de dias pelos senhores Presidentes de Junta para se acautelar o processo de eventual seca durante o verão. Este processo de contenção é relativamente simples, tendo associado um conjunto de ações de sensibilização e divulgação, onde os senhores Presidentes de Junta serão parceiros preferenciais. Quanto à EDP, disse ter tido há cerca de duas semanas uma reunião com a sua administração, tendo ficado assente a direção técnica vir a Porto de Mós, fazer um levantamento de todos os temporizadores. Esse levantamento foi feito e agora está a ser calculada uma veemente reclamação que foi feita junto da EDP por parte da Câmara. Toda esta situação foi colocada na reunião e trabalhada no terreno por técnicos da EDP. Neste momento, aparentemente, trata-se de uma situação que está regularizada em termos técnicos.-----

-----No que diz respeito à limpeza dos matos, disse que os sapadores neste momento estão a terminar a limpeza da faixa dos cem metros na Zona Industrial de Porto de Mós. Neste momento a equipa dos sapadores está na Corredoura, Serro Ventoso e Mendiga, estando já limpos cerca de sessenta e sete hectares. A equipa, logo que termine a limpeza na zona industrial de Porto de Mós, vai para Mira de Aire fazer o mesmo trabalho. Quanto à questão levantada pelo senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alqueidão da Serra, disse que nas diversas ações de esclarecimento que a Câmara fez em todas as Juntas de Freguesia, disse-se exatamente isso, ou seja, o que é competência do Município é a limpeza das faixas de dez metros nas estradas municipais, mas

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

desde que estas estejam definidas dentro do plano de defesa contra incêndios da floresta, e só estas. As restantes, não estando no plano, não fazem parte da competência do Município.-----

-----No que se refere à saúde, disse pensar que este contrato com o médico em Alqueidão da Serra foi prolongado por mais três meses. Prosseguiu dizendo que está em curso um processo de estabilização da saúde no concelho de Porto de Mós, calculando que se possa vir a ter mais um médico, apesar de não se tratar de um processo rápido.-----

-----Quanto à questão colocada pelo senhor deputado municipal **Mário Cruz**, disse que a Câmara assumiu o compromisso do anterior executivo para a unidade de saúde de Calvaria de Cima, com a atribuição de uma verba de vinte mil euros, que era o único compromisso assumido por aquele. Continuou dizendo que o que disse à senhora Presidente da Junta de Freguesia de Calvaria de Cima e restante executivo, foi que, havia necessidade de fazer uma nova obra, requalificação do atual posto médico, e que esta poderia e deveria ser feita através do contrato interadministrativo. Quanto à anterior ela foi aparentemente encerrada, tendo o Município assumido o compromisso e a despesa que estava contemplada no orçamento de 2017 para esse efeito.-----

-----Relativamente ao ensino profissional, disse que o Município de Porto de Mós, enquanto membro da CIM, que foi a entidade decisora, participou no processo de discussão e decisão. Disse ainda que, quanto ao ensino profissional, não ficou uma turma do ensino público de fora. Tudo o que foi solicitado foi contemplado. O ensino público teve direito às turmas que pediu. O ensino privado pediu mais ou menos o dobro daquilo que precisava, e houve necessidade de fazer, dentro das regras exigidas pelo Sistema SANQ - Sistema de Antecipação de Necessidades de Qualificações e pela ANQEP - Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional, I.P., de fazer os necessários ajustamentos em função daquilo que seriam as prioridades de cada escola. Aquilo que foi o papel da Câmara Municipal neste processo, foi estar presente nas reuniões para onde foi chamada, onde esta negociação aconteceu. A partir deste ano, a decisão de atribuição e distribuição dos cursos, embora contingentado por regras bastante apertadas, foi proposta pela CIMRL à DGEST, que por sua vez ainda pode aqui fazer alguns ajustamentos sendo depois levada ao senhor Secretário de Estado para aprovação.-----

-----Continuou dizendo que, enquanto Presidente de Câmara, foi confrontado com a situação de haver neste concelho uma escola com mais de trinta anos, com mais de cem funcionários, com uma sociedade que vive muito em função daquela escola, pelo que o executivo fará o que puder para que essa escola não encerre, para que não se crie na freguesia do Juncal um problema social. Referiu ainda que a Escola Secundária de Porto de Mós, não precisa dos alunos do Instituto Educativo do Juncal. O IEJ, no ano passado, perdeu 198 alunos, dos quais não chegaram a 40 os que vieram para esta escola. Os restantes foram para outros concelhos. Aliás, este ano, a legislação nem sequer permite que os alunos do ensino regular se inscrevam, residindo fora da morada fiscal dos seus pais. Assim sendo, continua aqui a existir mais um fator redutor para que os alunos possam

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

frequentar o ensino regular fora do concelho de Porto de Mós. Quanto ao ensino profissional, disse que o que se está aqui a fazer é o que faz por exemplo, Pombal, que vai buscar alunos a Soure, Coimbra e até a Porto de Mós, existindo lá 12 alunos deste concelho. O ensino profissional, é uma vertente diferente, tendo-lhe dito o senhor Secretário de Estado que a partir de 2020 quer que tenha 50% dos alunos, sendo este o objetivo do Governo. Perante todas estas condicionantes, a Escola Secundária de Porto de Mós, candidatou-se a três cursos tendo sido contemplados. Se o IEJ não tem lutado por aqueles a que se candidatou, estes iriam para outro concelho. O que se fez, foi tentar garantir a sustentabilidade do Instituto Educativo do Juncal.-----

-----Quanto a outra questão referiu que, de facto o senhor Antonio Calvete, do Grupo GPS veio falar consigo pessoalmente, tendo-lhe feito uma proposta, que depois de analisada, foi decidido não avançar, pois não havia condições para criar uma nova escola.-----

-----Concluindo, disse que o que se passou com o ensino profissional foi apenas ir ao encontro da solicitação feita por parte do IEJ à Comunidade Intermunicipal.-----

-----Seguidamente, a senhora Presidente da Assembleia Municipal, respondendo ao senhor deputado municipal Mário Cruz agradeceu a todos os membros da Assembleia terem permitido a antecipação desta sessão. Continuou dizendo que acha que este deputado tem razão quando refere a extensa ordem de trabalhos comprometendo-se a mesa da Assembleia em tentar que a documentação chegue com maior antecedência, por forma a que possa ser devidamente analisada por todos. Disse depois que, se lhe fosse permitido, alterar-se-ia a ordem de trabalhos, discutindo os pontos considerados inadiáveis, terminando os trabalhos à uma hora da manhã, e marcando outra reunião para conclusão da discussão dos pontos que não for possível discutir até essa hora.-----

-----Respondeu ainda a Antonio Pires sobre o assunto aqui referido do alegado plágio à tese de mestrado de Luís Serrão Gil. Continuou dizendo que o que sabe, é que este senhor fez uma tese de mestrado onde trabalhou vários assuntos do concelho de Porto de Mós, em especial sobre as Ponte Cavaleiro, Ponte da Freixa sobre a ribeira da Freixa, Ponte de Rio Alcaide e Ponte da Laje. Ao ser confrontada com esta situação disse que foi ler a tese de mestrado de Luís Gil e foi consultar as atas da Assembleia Municipal, tendo constatado que o texto da proposta aqui apresentada é exatamente igual ao que vem plasmado na tese de mestrado do autor referido. Admitiu que se trata, alegadamente de plágio, mas embora se trate de assunto muito sério, esta Assembleia não pode fazer nada, sendo esta uma questão que deve ser dirimida em sede judicial.-----

-----Seguidamente a senhora Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra à senhora vereadora Telma Cruz que disse querer prestar um esclarecimento ao deputado Municipal Mário Cruz. Disse que o assunto do ensino profissional foi muito bem explicado pelo senhor Presidente da

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Câmara mas queria acrescentar que tudo foi concertado com o Agrupamento de Escolas do Concelho de Porto de Mós e com o Instituto Educativo do Juncal. -----

-----**David Miguel Feteira Salgueiro (PS):**-----

-----Depois de cumprimentar todos os presentes, manifestou o seu desagrado pela extensa ordem de trabalhos, bem como o facto de a documentação ter sido distribuída a conta-gotas, até à véspera ou até no próprio dia da sessão desta Assembleia. Passou depois a referir-se à homenagem ao poder local que foi efetuada durante esta semana, pedindo mais cuidado no cumprimento das regras protocolares. Continuou depois dizendo que, o executivo tem toda a legitimidade em governar à sua maneira, legitimidade que lhe foi conferida pelo próprio povo, mas assinalando quase seis meses de trabalho, gostaria de estar aqui para dar os parabéns a todo o executivo, por uma estratégia que apregoaram durante uma longa campanha eleitoral, e que neste momento começassem a aparecer alguns resultados visíveis, mas não é de todo o que tem encontrado, pelo retorno das pessoas e por todo o concelho. Para que exista essa estratégia de aposta no turismo conforme tem sido apregoado, tem que continuar a haver uma grande aposta nas acessibilidades, numa promoção do concelho de forma assertiva e concreta, e na opinião do Partido Socialista, a estratégia que tanto apregoaram não está a ser implementada. Disse ainda que não vê que sejam asseguradas todas as condições mínimas, necessárias e prementes para todos os municípios, assegurando que no século XXI todo o concelho esteja coberto pela rede de abastecimento de água, por saneamento básico e esperando que no final do mandato possa dar os parabéns ao executivo. Neste momento não pode fazer isso. Se a Câmara fosse uma empresa de eventos e festas, aí não teria dúvidas em dar-lhe os parabéns, pela forma empenhada como têm trabalhado nessa área, parecendo-lhe que parece que a campanha eleitoral ainda está a decorrer neste momento. Fazendo um balanço ao programa eleitoral nos primeiros seis meses, disse esperar que o consigam cumprir. Passado este tempo, já se viram algumas consequências económicas, nomeadamente com uma significativa diminuição de receitas e aumento de despesa. Por fim, o senhor Presidente da Câmara também afirmou perante o senhor Ministro da Agricultura, que não tinha condições financeiras para assegurar o que é necessário fazer nesta época de que nos estamos a aproximar – a época dos incêndios. Disse que gostaria de saber se já mudou de opinião e se em termos concretos tem capacidade para garantir essa segurança às populações e qual o ponto da situação. Por fim, disse que gostaria de deixar uma proposta à Assembleia, que entregou à mesa. Na passada quinta-feira, decorreu a Assembleia da Comunidade Intermunicipal, tendo sido manifestada a possibilidade de elaborar uma moção estratégica global, em consonância com os dez municípios que a compõem, achando interessante demonstrar o apoio total para acabar com a sinistralidade, que é transversal a todos estes territórios, reforçando a ideia que a zona das Pedreiras urge em ter uma intervenção de fundo de forma a acabar com os acidentes naquele local.-----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

para a próxima o será.-----

-----Disse depois que, sabendo que não lhe cabe a si responder a Rui Neves sobre o pedido de parecer, sempre dirá que o parecer, no passado, foi pedido por ele próprio. Na sequência desse parecer, o PSD acatou e respeitou a decisão tomada.-----

-----Iniciou de seguida a sua intervenção que se transcreve:-----

-----“As atividades e projetos da Câmara Municipal, foram enunciados na nota informativa de uma forma exaustiva e não é sobre a mesma a minha abordagem, mas não posso deixar de referir que durante anos sempre defendi que a cultura é um forte motor de atração de pessoas e que tem de ser encarada de uma forma sistemática, pois a cultura é uma enorme ferramenta para o desenvolvimento económico, referido e comprovado por muitos economistas e políticos. Apesar de para muitas pessoas a cultura ser entendida como um ramo acessório ou supérfluo das atividades humanas, ainda hoje é comum uma certa desconfiança quando se defende o investimento cultural, especialmente em sociedades com desigualdades sociais e algumas carências. Por outro lado, as sociedades desenvolvidas têm entendido e incentivado o potencial produtivo e gerador de riqueza encontrado nas manifestações e nos produtos culturais. Cultura é negócio e todos concordarão, os recursos aplicados à cultura de qualquer ordem que sejam, são investimentos já que o movimento da economia gera ocupação e renda, em suma, desenvolvimento. É aí que se torna indispensável a ação pública e política da Câmara e das instituições e a sua cooperação, de forma a garantir o incentivo e a promoção de atividades que além de eclodirem em criações artísticas, ajam no sentido de criarem condições para que as práticas culturais se possam desenvolver. Transformar isso em hábito para se sejam incorporadas à vida social, não simplesmente como evento, mas como modo de transformação e enriquecimento individual e coletivo. É necessário que a cultura faça parte do nosso quotidiano, e para isso também é necessário educar nesse sentido e promover o seu desenvolvimento e a cidadania. A promoção da cultura através de políticas culturais, não deve ser um componente adicional, mas um ponto indispensável da política da Câmara, já que a cultura é um direito inalienável de todo o ser humano, consagrado no artigo 27º da Declaração dos Direitos do Homem, da ONU. Assim, como no passado politiquei, não posso agora, deixar de congratular a Câmara que assumiu o papel de líder em cooperação com as instituições culturais, e possui uma agenda cultural sistemática nas várias infraestruturas existentes para o efeito, constata-se que este executivo assumiu claramente uma mudança de paradigma, e vê com grande otimismo, projetos que envolvam cooperação e coesão territorial e social. Iniciou a criação de um programa de forma a criar o hábito de aderir à cultura. Também aqui será muito importante o papel da escola em promover uma educação para a cultura. Verifica-se que a cultura e o turismo é uma aposta clara e inequívoca deste executivo, para promover o concelho, atraindo cá pessoas, possibilitando o vigor da economia local, à semelhança do que se passa em outros concelhos, para não falar mais a nível internacional. Mas é preciso persistir e acreditar, porque enraizar este hábito leva tempo, mas tendo esperança de

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

*transformar o difícil em alcançável, torna-se um objetivo realizável, pois como diz Fernando Pessoa, "primeiro estranha-se, depois entranha-se". Gostaria de colocar uma questão: saiu na imprensa regional há relativamente pouco tempo, que foi constituída uma associação de cidades e vilas ligadas à cerâmica e verifica-se que os concelhos aqui à volta aderiram e Porto de Mós, não o fez. Ora sendo Porto de Mós, um concelho com uma forte ligação à cerâmica, possui até das melhores empresas da Europa neste setor, não se compreende a razão da não aderência e gostava que nos explicasse o motivo."*-----

-----**José Gabriel Pires Vala (PSD):**-----

-----Depois de cumprimentar todos os presentes passou a dizer que, ao contrário do que foi dito por David Salgueiro, Porto de Mós está diferente com mais ação e dinâmica e isso está patente na satisfação das pessoas. Continuou, dizendo que o executivo está a cumprir os compromissos que se propôs. Disse depois que gostaria de saber como é que está a situação da ALE, e também outra situação que tem sido falada e que tem a ver com a possível captação de gás na região, pretendendo saber qual a posição do executivo sobre este assunto.-----

-----**Mário Alberto Vieira da Cruz (AJSIM):**-----

-----Usando da palavra disse que apenas queria colocar uma questão muito rápida. Dia 25 de maio é a data limite para a implementação do RGPD – Regulamento Geral de Proteção de Dados, e pretendia saber o que é que está a ser feito a esse propósito.-----

-----Usou da palavra o senhor vereador Marco Lopes que respondeu ao anterior interveniente dizendo que o Município já está a tratar do RGPD em parceria com a CIM, estando a ser harmonizados os regulamentos. Disse ainda que a Administração Pública irá ter 18 meses para implementar o RGPD. Em relação ao DPO – *Data Protection Officer*, está a ser estudada a hipótese de haver apenas um para os dez municípios.-----

-----Seguidamente, passou a usar da palavra o senhor Presidente da Câmara que, quanto à questão colocada pelo senhor deputado municipal **David Salgueiro**, respondeu que efetivamente faz parte da sua proposta uma estratégia voltada para o turismo, havendo um protocolo assinado com o Instituto Politécnico de Leiria, estando a ser elaborado um plano estratégico de turismo, por achar que é assim que deve ser. A par disto, foi lançada uma candidatura no âmbito da Comunidade Intermunicipal, que viu reforçados significativamente, numa reprogramação, os valores para apoiar e que terá como base o antigo Centro de Desportos ao Ar Livre em Alvados, que será transformado num posto de turismo avançado, para depois envolver toda a zona do Parque Natural. Mas o turismo em Porto de Mós não é só Parque Natural, nem será apenas de natureza, tendo sido encomendado um estudo para turismo em Porto de Mós. Naturalmente que as

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

acessibilidades são importantes, tão importantes que nos últimos meses de 2017 se gastaram quase um milhão de euros em alcatrão, tendo ficado outras coisas por fazer. Passou a enunciar que o depósito de água de Mira de Aire está roto, e os depósitos de água do Pinhal Verde e de Pedreiras estão a cair e precisam de ser reparados, o edifício das Docas está no estado de degradação que se pode ver e precisa de ser reparado, a Biblioteca chove lá dentro, precisando de ser mudadas as janelas, o Edifício dos Paços do Concelho está como se vê, e precisa de ter uma intervenção, a antiga cadeia está em rutura, o Cineteatro precisa de uma intervenção, o Mercado Municipal, inclusive, uma das lojas teve uma infiltração de tal forma que provavelmente terá de ser fechada, o Cemitério Velho de Porto de Mós, tem um muro em risco de ruína, tendo-lhe sido comunicado pelo senhor Presidente da Junta há dias. O Centro de Desporto de Ar Livre está em projeto, vai ter uma intervenção. Houve já intervenções nos pavilhões de Porto de Mós, Mira de Aire e Juncal, porque tinham infiltrações e problemas graves. O Museu Municipal tem algumas das janelas a cair, tem de ser reparado. A vedação de cima do estacionamento dos Paços do Concelho, está em risco de cair, tem de ser reparada. O Castelo já tinha um projeto em curso, e tem uma candidatura vai ter de ser encerrado para ser intervencionado. Vão ser gastos agora vinte mil euros a levantar tampas de saneamento. Foram adjudicados os parques infantis das escolas, que estavam todos, com exceção do Polo Escolar de Porto de Mós e de Pedreiras, sem licenciamento e sem condições para serem utilizados. Está a ser feito um investimento significativo com a mudança do parque informático do Município. No Espaço Jovem, só cerca de 15% dos computadores é que funcionam. Foram adjudicados os passeios da Zona Industrial de Porto de Mós. Estão alguns projetos em curso. Estão previstos alguns alcatroamentos este ano, não sendo todos, mas os mais necessários, sobretudo naquelas zonas onde não houve intervenção e onde as acessibilidades estão deveras constrangidas. Referiu depois que neste momento, as empresas estão com muita dificuldade em conseguirem encontrar mão-de-obra, importando fazer o que alguns estão a fazer. Por exemplo, Pombal, tem menos problemas neste aspeto, porque tem uma escola profissional direcionada para aquilo que são as necessidades efetivas do Parque Industrial de Pombal e que de alguma forma retém esses quadros que saem diretamente para o mercado de trabalho. O que se pretende fazer aqui não é mais do que isto, tentando ir captar estudantes nos concelhos à volta, tentar que estes vão para cursos com saídas profissionais eficazes e sobretudo envolver o tecido empresarial, que foi o que o Instituto Educativo do Juncal fez. Fez protocolos com empresas das áreas dos moldes, da transformação de pedra e dos plásticos, no sentido de fazer a formação em espaço industrial, por forma a garantir que estes alunos tenham efetivamente uma formação adequada àquilo que é a oferta do mercado de trabalho. A Comunidade Intermunicipal não conseguiu alterar a proposta SANQ, que é estanque, sendo aquela que está definida. A CIM encomendou um estudo, no sentido de se poder ter para o ano letivo 2019/2020 uma proposta SANQ, pois trata-se de uma proposta dinâmica que recebe contributos, adequada ao tecido empresarial regional.-----  
-----Falando sobre a questão do GPS, disse que efetivamente teve um princípio de acordo para

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

um polo profissional, em campanha, com Francisco Vieira, que prometeu para Porto de Mós, uma extensão do polo da Escola de Hotelaria de Fátima. Ele próprio lhe disse que em Fátima estudavam cerca de 25 alunos de Porto de Mós e que no ranking dos quinze melhores alunos da Escola de Fátima, doze eram de Porto de Mós. Ele próprio reconhecia que, se o município criasse condições, tinha todo o interesse, vontade e disponibilidade para instalar em Porto de Mós um polo da Escola de Hotelaria de Fátima. Antes das eleições não houve conversações com mais ninguém.-----

-----Ainda respondendo ao deputado David Salgueiro quanto à manifestação da preocupação com as condições financeiras da Câmara Municipal, disse que essa preocupação também é sua, acrescentando que a receita não depende do executivo. Existem este ano cerca de duzentos mil euros a menos de IMI e IMT. O ano passado o município teve uma receita extraordinária correspondente a juros de mora, que ascendeu a perto de duzentos mil euros também, e que este ano não se vai verificar. Para além disso, existem ainda outras receitas que enviesam, por assim dizer, estas contas. Disse ainda quanto a este assunto, que o ano passado a EDP pagou a sua renda relativa ao primeiro trimestre em 31 de março, e este ano apenas o fez em abril, razão pela qual se verifica aqui uma diferença de seiscentos mil euros a menos. Continuou dizendo que a Câmara já levantou a questão à Autoridade Tributária, no sentido de serem esclarecidos sobre esta redução significativa de IMI, que advém essencialmente de devoluções.-----

-----No que diz respeito ao IC2, disse concordar em absoluto, dizendo que já teve duas reuniões com o senhor Diretor das Infraestruturas de Portugal e para além de outras coisas, o tema do troço de Pedreiras também foi suscitado. Num primeiro momento o assunto foi abordado para que aquela estrada seja transformada efetivamente em IC2, que é o que se espera. No entanto este é um assunto que deve se refletido, principalmente na zona de Pedreiras, para perceber se eventualmente os conflitos não vão aparecer com aquela solução, que é de fechar a estrada acabando com os entroncamentos e atravessamentos. Esta solução, disse, não avançou ainda, por razões financeiras. Prosseguiu dizendo que o que pediu para minimizar o impacto imediato do excesso de velocidade naquela reta, foi uma solução semafórica de controlo de velocidade, a pedido também do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Pedreiras. Esta solução será sempre na perspetiva do IC2 uma solução provisória, da qual aguarda resposta por parte das Infraestruturas de Portugal. Continuou dizendo que o que existe, efetivamente, é um projeto de fechar o IC2 até à rotunda, o que irá dividir ainda mais aquela parte de Pedreiras. De qualquer forma, não será ele que irá por em causa os benefícios ou não, dessa solução, e se a Assembleia Municipal assim o entender, manifesta a sua disponibilidade para ser porta-voz desta razão a fim de poder levar mais longe esta preocupação com o IC2 na zona de Pedreiras.-----

-----Relativamente à questão colocada pelo senhor deputado Rui Neves, quanto ao ensino profissional, pensa já ter sido respondido. Quanto à questão da Central, disse tratar-se de uma questão muito complexa. Neste momento, o ex-empregado entrou com um processo de indemnização contra a Câmara Municipal do montante de cerca de novecentos e cinquenta mil

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

euros e que tem a ver com um projeto de alterações ao projeto inicial que esse empreiteiro pretendia efetuar, alegando que o projeto inicial não era exequível. A Câmara não aceitou esse projeto de alterações, dando sempre instruções ao empreiteiro para construir de acordo com o que estava inicialmente projetado. O empreiteiro não quis prosseguir a construção nesses moldes e parou a obra. Foi com base nestes factos que se deu a resolução do contrato, com o apoio jurídico dos advogados contratados pelo município que estão a acompanhar o processo. Referiu ainda sobre este assunto, que está a ser ultimada com a equipa projetista a adequação do caderno de encargos para lançamento de novo concurso, para que seja possível levar por diante este projeto o mais rápido possível.-----

-----Continuou dizendo sobre a nomeação do seu adjunto, que o PSD não tem rigorosamente nada a ver com isto e que a responsabilidade é exclusivamente sua. A nomeação do seu adjunto tem a ver com o conhecimento, confiança e lealdade que, sabe que tem, da parte dele. Desta forma, e porque era necessária uma pessoa para desempenhar as funções que este desempenha, e ao abrigo do que lhe é permitido por lei, nomeou-o.-----

-----Seguidamente agradeceu a Olga Silvestre as palavras simpáticas que lhe dirigiu, dizendo que se está a desenvolver um plano que vai de encontro àquilo que era a sua proposta. Disse ainda que Porto de Mós não está no processo de candidatura das cidades e vilas cerâmicas, porque este processo iniciou-se em 2015 e na altura não entrou no processo. Disse ter sido agora contactado pelo Presidente da Câmara de Caldas da Rainha que lhe disse que se eventualmente Porto de Mós quisesse entrar no processo, não como fundador, ele próprio proporia o Município de Porto de Mós para se associar a esta iniciativa.-----

-----Prosseguiu ainda dizendo que, quanto à zona industrial de Porto de Mós, foram negociados dezassete terrenos, cerca de sessenta e cinco mil metros quadrados, estando o acordo feito com os proprietários e estando a ultimar-se as burocracias para se proceder às escrituras. Quanto ao estudo de impacto ambiental, disse estar também na fase final, bem como o plano de pormenor, pelo que foi entendimento da Câmara avançar-se para a aquisição dos terrenos tão rápido quanto possível, para se garantir que quando se estiver em condições de iniciar obra, estes já sejam legitimamente do Município. Quanto à sondagem para o gás natural, disse que isso tem sido falado e que foi recebido na Câmara um dossier duma Associação de Peniche que relata em pormenor os benefícios (que eram poucos) e as consequências nefastas da exploração. Embora o processo em si esteja licenciado apenas para prospeção, e não sendo propriamente no concelho de Porto de Mós, tem bem a consciência de que o concelho de Porto de Mós será gravemente atingido se houver exploração, principalmente por duas razões essenciais, e foram estas que o levaram a ponderar na altura: a questão da água, que é essencial. Disse que Porto de Mós está em cima de um dos maiores e mais importantes aquíferos da Península Ibérica, não nos devendo esquecer disso. Como disse o deputado David Salgueiro numa das últimas Assembleias Municipais, o problema da água é um dos maiores problemas do século XXI, com o que concorda, e se Porto de Mós puder

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

continuar a manter a sua independência relativamente a esta questão da água, por si, será mantida sempre. Mas para se poder manter há que ter cautela relativamente a alguns investimentos externos, que podem eventualmente ser sedutores sobre o ponto de vista financeiro, tendo sempre que pesar o que é que vale mais: os euros ou a água, dizendo que tem a certeza que não há em circunstância nenhuma, euros que compensem o facto de ter essa autonomia e independência no que diz respeito à água. Esta para si, disse, esta é uma questão base, que a seu tempo será discutida em sede própria, porque em conjunto com o Parque Natural, irão iniciar-se dentro de pouco tempo as Jornadas da Água, no Centro de Interpretação das Serras de Aire e Candeeiros, e estas serão o momento exato e oportuno para se poder discutir esta problemática. Quanto a esta sondagem, esta foi uma das primeiras Câmaras do País a dizer que não concordava com a prospeção e muito menos com a exploração. Disse ainda que, quem tem uma estratégia virada para o turismo de natureza, ela entra facilmente em conflito com este tipo de atividades, não podendo permitir que este território tenha este tipo de problemas.-----

-----Seguidamente a senhora Presidente da Assembleia Municipal esclareceu que a documentação que os senhores deputados municipais receberam hoje, foram as atas da reunião de Câmara, que são enviadas por uma questão de transparência e que nada têm a ver com a documentação que sustenta a ordem de trabalhos desta sessão.-----

-----Dirigiu-se depois ao senhor deputado municipal David Salgueiro perguntando se este pretendia apresentar alguma moção, o que este fez, passando a lê-la, e que a seguir se transcreve:-----

-----"*Face à vontade manifestada na última Assembleia Intermunicipal da Região de Leiria, realizada no passado dia 19 de abril, a intenção de elaborar uma moção em conjunto dos 10 municípios integrantes, de forma a apelar junto das entidades competentes e mobilizando toda a população, a necessidade extrema de uma intervenção na melhoria das condições rodoviárias do IC8 e IC2, que têm sido palco de gravosos acidentes, com muitas vítimas a lamentar pela sua insegurança e más condições de circulação. A Assembleia Municipal de Porto de Mós manifesta total apoio nesta reivindicação conjunta e reforça a ideia que também deve ser contemplada no documento a elaborar, a zona das Pedreiras bastante problemática também em termos de sinistralidade.*"-----

-----Não havendo pedidos de intervenção, foi a moção supra, posta a votação, tendo a mesma sido **aprovada por unanimidade**.-----

-----Seguidamente, e antes de entrar na ordem de trabalhos, a senhora Presidente da Assembleia Municipal disse que a mesa deliberou retirar o ponto 2 da Ordem de Trabalhos - Proposta de Adesão à ANAM – Associação Nacional das Assembleias Municipais, atendendo à

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

extensão da agenda desta sessão e por não se tratar de um assunto prioritário. Continuou dizendo ainda que, queria pôr à consideração do plenário a alteração da ordem da agenda, procedendo-se primeiramente à apreciação dos pontos da Ordem de Trabalhos considerados urgentes e que terão que ser aprovados até final do mês, e que serão, a saber, os pontos 4, 5, 7, 8. Dependendo da hora a que estes pontos estejam aprovados, seguir-se-á a ordem definida na convocatória. Colocada a votação esta proposta, foi a mesma **aprovada por unanimidade**. -----

-----**ORDEM DE TRABALHOS:**-----

-----**1. Informações da Presidente da Assembleia Municipal;**-----

-----Usando da palavra a senhora Presidente da Assembleia passou informar os seus membros de que esteve presente no 2º Encontro Nacional das Assembleias Municipais, no passado dia 3 de março. Estiveram também presentes o Dr. Jorge Lacão, como orador, o senhor Professor Freitas do Amaral e o senhor Ministro Eduardo Cabrita. O tema desta Assembleia foi a descentralização de competências para as autarquias, que será concretizado ainda neste mandato. Estas competências, como todos já sabem, passam-se nas áreas da educação, da saúde, ação social, transportes, cultura, habitação, proteção civil, segurança pública, áreas portuárias e marítimas e gestão florestal. Neste quadro de descentralização, as Assembleias Municipais têm uma intervenção claramente reforçada, uma vez que aumentando as competências que são decididas a nível local, deve aumentar também a transparência, o escrutínio político e a capacidade de fiscalização. Para o ministro, as Assembleias Municipais terão de adaptar a sua cultura de funcionamento e os seus instrumentos operativos àquilo que é um quadro de uma competência alargada. Nesta reunião também com todos os Presidentes das Assembleia Municipais presentes, de todos os municípios, foi elaborada uma moção, que foi enviada a todos os presentes, para a melhoria da qualidade da democracia local. Esta moção foi enviada ao senhor Presidente da Republica, ao senhor Presidente da Assembleia da Republica, aos Grupos Parlamentares, à Associação Nacional dos Municípios Portugueses (ANMP) e à Associação Nacional de Freguesias (ANAFRE) bem como a todas as Assembleias Municipais do País.-----

-----Tendo esta Assembleia Municipal como objetivo a prossecução dos interesses próprios do município e sendo a área da saúde muito sensível, não pode deixar de congratular o executivo, na pessoa da senhora Vereadora da Saúde, pelas realização da I Feira da Saúde que teve lugar em Porto de Mós, sobretudo porque se conseguiu sensibilizar os dirigentes desta área que estiveram presentes na sua inauguração, da importância da organização dos cuidados de saúde no concelho.-----

-----Referiu-se depois aos convites que tem recebido para estar presente em eventos em representação da Assembleia Municipal, agradecendo a atenção e dizendo que, quando não é possível estar presente, se faz representar por um dos secretários da mesa.-----

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

### -----4. Relatório de Gestão e Prestação de Contas de 2017;-----

-----O senhor Presidente da Câmara, no uso da palavra, passou a fazer a apresentação deste ponto da ordem de trabalhos, começando por dizer que, conforme também disse em reunião de Câmara onde a Prestação de Contas do ano de 2017, foi discutida, votada e aprovada, não foi este executivo que definiu as regras para este Orçamento, mas é este executivo que fecha as contas de 2017. Independentemente das opções que foram tomadas, disse ter bem a consciência da responsabilidade deste executivo no que diz respeito a esta matéria, cabendo-lhe apresentá-las da melhor forma possível, sem prejuízo de, em questões mais técnicas, se vir a socorrer do Chefe de Divisão da Área Financeira, que estará com certeza disponível para prestar esses esclarecimentos. Passou depois a referir que existe aqui uma receita de capital que cumpre apenas 54% do que estava anteriormente estimado, sendo isso facilmente perceptível, pois tem a ver com a não execução da Central Termoelétrica – pois não se fazendo a obra não se receberam os Fundos Comunitários que estavam previstos receber-se. O mesmo acontece no que diz respeito à despesa.-

-----Continuou apresentando este ponto, referindo que, na documentação que foi atempadamente distribuída por todos os membros da Assembleia está disponível toda a informação.-----

-----Terminou dizendo que a perspectiva dos resultados líquidos nos municípios valem o que valem, e estaria aqui a defender este resultado, exatamente da mesma forma como o defende, se as contas de 2017 fossem da sua exclusiva responsabilidade, porque entende que não são os resultados líquidos que configuram ou definem aquilo que é uma boa gestão do Município. De todo o modo, os resultados líquidos do exercício são positivos, e são os que foram apresentados.-----

### -----Rui Augusto Pereira Neves (PS):-----

-----Começou por dizer que, sem prejuízo de outros mais capacitados tecnicamente, e sem desmerecer os gráficos e conteúdos do documento que lhe chegou às mãos, teve muita dificuldade em ler e tirar conclusões do mesmo, tendo tido de pedir auxílio a quem efetivamente percebe desse assunto e pedindo que futuramente estes documentos sejam legíveis, não apenas a técnicos habilitados para o efeito, mas para todos os deputados municipais que não tenham formação nessas áreas. Continuou dizendo, dirigindo-se ao senhor Presidente da Câmara que a situação financeira da Câmara Municipal, nada tem a ver com aquela que foi encontrada em 2005 pelo executivo que tomou posse. Nesta medida, disse, que existe a obrigação de resolver os problemas que surgirem, pois existem meios para o fazer.-----

### -----Luís Manuel Coelho Almeida (AJSIM):-----

-----Depois de cumprimentar todos os presentes, disse que o objetivo deste ponto é analisar as contas do ano transato, contas que este ano são um pouco diferentes do habitual. O que legalmente tem de ser feito, é que, a um executivo que esteve pouco tempo na Câmara compete

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

apresentar as contas do exercício do ano anterior. Na prática estão aqui as contas de dois executivos, não se podendo esquecer que este executivo tem responsabilidades em dois doze avos do que aqui está presente. Por outro lado, também não se pode esquecer que este executivo esteve à frente da Câmara nos últimos dois meses do ano, normalmente os meses em que se faz uma análise às contas do exercício, em que se tenta ao máximo, por vezes até embelezar o balanço da instituição, pagando-se por vezes determinadas contas para que não apareçam dívidas. Tinha portanto este executivo a responsabilidade de nos últimos meses tentar pôr as contas em ordem. Se se recuar no tempo, verifica-se que uma das metas do anterior executivo era precisamente, na parte final do exercício, porem as coisas de tal maneira, que o balanço era sempre embelezado. Este executivo pode não ter esta maneira de agir, pois cada um tem a sua maneira de gerir. Disse depois que este executivo nos dois meses que esteve à frente dos destinos da autarquia ainda fez uma revisão orçamental, tendo também responsabilidades nas contas apresentadas. Dizendo que não era sua intenção alongar-se muito, reforçou as palavras de Rui Neves, quando este fez alusão à extensão deste documento, estando muito brilhantado com gráficos, o que faz confusão a quem não domina estes assuntos. Acrescentou que isso faz confusão a quem não domina e faz confusão a quem domina, dizendo achar que são páginas a mais, são gráficos a mais, não estando os assuntos bem arrumados e não sendo lógico que as contas sejam apresentadas desta forma, a menos que a intenção seja a de que os deputados nem sequer leiam o documento. Prosseguiu dizendo depois que, da análise das contas, houve uma coisa que lhe chamou desde logo a atenção, e que foi a quantidade de mapas comparativos e os anos que são comparados, achando que deve haver uma linha orientadora não se comparando anos de forma aleatória.-----

-----Continuou referindo que a execução orçamental da receita foi de 96%, um número que considera um bom resultado, verificando ainda que a despesa ficou 87%, o que significa que se constituiu mais uma "almofada" para o executivo. Em termos da relação receitas/despesas correntes verificou-se também que houve um diferencial positivo, conseguindo-se uma poupança na ordem dos três milhões oitocentos e cinquenta mil euros. Continuou tecendo algumas considerações acerca do documento em apreço, chamando a atenção para algumas divergências encontradas e alertando para o facto de isso poder vir a ter algum reflexo ao nível do Tribunal de Contas.-----

-----Referiu-se depois às dívidas de cobrança duvidosa que estando estimadas em cinquenta e seis mil euros foram aumentadas em mais quarenta e dois mil e sessenta e dois euros, perguntando donde provem este valor.-----

-----Terminou dizendo que ao ler este relatório de gestão, ficou muito admirado por verificar que desinvestimento foi tudo o que este executivo encontrou nas contas da Câmara, perguntando: quando a execução orçamental teve um grau de execução de 96%, como é que se encontra

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

assim tanto desinvestimento?-----

-----**António Manuel de Sousa Pires (PSD):**-----

-----Começou a sua intervenção dizendo que a gestão da Câmara é como a gestão da casa de cada um, ou se quer ter habitação própria e vai ao banco, mas a banca só empresta dinheiro se se tiver capacidade para pagar, ou então não recorre ao empréstimo esperando até conseguir fazer as poupanças necessárias. Referiu depois que a Câmara de Porto de Mós nunca esteve em situação de falência nem nada que se parecesse, como já foi dito nesta Assembleia por algumas vezes, nem na altura a que se referiam (2005) e muito menos agora. Continuou dizendo que anterior executivo fez uma excelente gestão de tesouraria, mas em termos económicos, não sabe se foi assim tão excelente. Disse ainda duvidar que haja empresas que apresentem *ratios* como as que a apresenta a Câmara de Porto de Mós, exemplificando com ao *ratio* de liquidez imediata que se situa em 196%, significando que a Câmara tem liquidez imediata duas vezes, para o que precisa de pagar no imediato. A opção do executivo anterior foi acabar com as dívidas na Câmara, só que a gestão dos dinheiros públicos, destina-se a servir as pessoas, perguntando, porque é que em 2013 se fizeram alcatroamentos do valor de um milhão e cem mil euros, em 2014, oitocentos mil euros, em 2015 setecentos e setenta e seis mil euros, 2016, seiscentos e vinte e dois mil euros e 2017 um milhão e meio. Não sabendo se existe alguma coincidência, referiu que tanto 2013 como 2017 foram anos de eleições. Perguntou depois, com uma Câmara com as capacidades que tem em termos financeiros, porque é que de 2014 a 2017 se há-de estar à espera para alcatroar uma estrada que já o devia ter sido, pois a necessidade já existia anteriormente a 2017. Qual é e necessidade de estar à espera? Isto tem consequências também ao nível do saneamento e do abastecimento de água. Referiu que durante os últimos dez anos a Câmara não aproveitou a conjuntura económica de molde a resolver os problemas das pessoas dado que nunca houve taxas de juro tão baixas, como então. A atual Câmara vai ter de o fazer, pois não pode, como já aqui dito sobejamente, refletir no consumidor o custo de cada serviço, não podendo ser refletidos no consumidor, os desperdícios existentes, exemplificando com todas as águas pluviais que entram diretamente para o saneamento. O executivo vai ter de se endividar para resolver estes problemas rapidamente, para não chegar aqui amanhã a dizer que vai ter de se aumentar a água e o saneamento em mais 20%. Terminou dizendo que essa foi a opção do executivo anterior e que espera que a opção deste executivo não vá no mesmo sentido. -----

-----**Antonio Pereira Carvalho (PS):**-----

-----Usando da palavra disse que iria tentar não falar em número nenhum, pois acredita que toda a gente já estará farta deles.-----

-----Disse depois, relativamente ao Relatório de Contas, que, em primeiro lugar, também verificou que havia uma abundância exagerada em termos de informação, não se sabendo muito

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

bem por que ponta pegar. De uma maneira construtiva, diria para se acabar com os *ratios*, pois ninguém é capaz de ler aquilo. Os *ratios* acabam por ter um efeito contrário. Se existe uma liquidez geral alta, isso significa que, em termos imediatos e para o futuro, a Câmara tem condições para resolver os seus problemas. Em jeito de sugestão diria que as contas fossem sempre apresentadas da mesma maneira, para as coisas serem comparáveis ou senão a comparabilidade acaba e nunca mais há a possibilidade nenhuma de se compararem as situações deste ano com a de outro ano. Criticou ainda a forma de apresentação do documento, conforme já aqui foi falado, dizendo que com tanto papel e documento, o melhor é não olhar para nada. E esse foi exatamente o seu seguimento, pois demoraria pelo menos um dia para conseguir ler o que ali estava. Assim, o que fez foi ler o relatório do revisor de contas, que é pago pela Câmara para fazer um determinado trabalho, tendo certamente acompanhado a situação pois trata-se de um excelente técnico, e o que se está aqui a analisar são as contas e não as opções de cada executivo. Assim lendo o relatório do revisor de contas, foi pontualmente analisar alguns dados. Assim, o que se verifica em termos da receita, historicamente, é que, 50% da receita da Câmara são transferências do estado, 25%, impostos diretos e os outros 25% são vendas de serviços, onde se salienta a água. No que diz respeito à despesa, em termos de pessoal, 25%, em termos de compra de bens e serviços, 35%, sendo o restante despesa de capital. Achou ainda uma boa análise aquela que compara despesas correntes com receitas correntes, verificando que as receitas correntes estão em condições de financiar três milhões quinhentos e doze mil euros, sendo essa uma leitura possível, correta e extremamente importante. Quanto ao endividamento, referiu que já sabia, pela análise dos últimos anos, que se tratava de uma situação residual, tendo verificado que do ano 2012 ao ano 2017, em termos de endividamento bancário, ele partiu de quatro milhões e duzentos mil e terminou em dois milhões, tendo havido sempre, no mínimo, uma cadência de trezentos mil euros de amortização por ano. Depois considerou ainda o problema da Central Termoelétrica, que essa sim, o estava a preocupar bastante, dizendo que irá tentar acompanhar, porque acha que é um problema que deve ser acompanhado, tendo essa obrigação enquanto membro da Assembleia. Depois, disse que verificou o que foi aqui também mostrado: que o desporto teve um determinado pico, por volta de 2014 e depois caiu, estando hoje em cerca de cento e setenta mil euros, pensando e desejando, e de acordo com o programa eleitoral deste executivo, que vai ser com certeza uma verba reforçada e que a Câmara tem todas as condições para o fazer, porque as Associações são a vitalidade e o motor de toda esta organização, sendo elas que atraem as pessoas. Quanto às candidaturas 2020, esta é uma pergunta concreta que quer colocar: se efetivamente este executivo já apresentou alguma candidatura ao abrigo deste programa. Depois, continuou, a pessoa aqui que provavelmente melhor conhece, o que é o impacto do que é uma certificação legal de contas com reservas, é o senhor Presidente da Câmara. Sabendo tão bem como ele o que isso significa, a reserva tem a ver com bens que entraram no domínio público sem valor tendo-lhes sido atribuído um determinado valor, o que é sempre discutível. Prosseguiu dizendo que está

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

perfeitamente de acordo com o que, aqui já muita gente disse, e que é que o resultado não deve ser a preocupação primeira de uma Câmara, cuja primeira obrigação é servir, e bem, os cidadãos na medida da sua responsabilidade e das suas possibilidades.-----

-----Seguidamente, usou da palavra o senhor Presidente da Câmara dizendo, acerca das notas sobre o documento em si, que se tentou ser o mais objetivo possível na apresentação e na forma como foram feitas comparações, sem qualquer sentido pejorativo e muito menos sem qualquer intenção de comparar o que era menos bom com o que era melhor. Tentou-se ser o mais transparente possível, e parece que isso não foi conseguido, mas que se tentará encontrar um modelo, nem que seja o anterior, para que se possam apresentar as próximas contas numa forma consistente, porque na sua opinião transparente está.-----

-----Disse depois que não queria deixar de referir que este executivo está aqui há seis meses e que não quer fugir a essa responsabilidade. Mas seis meses não são seis anos, nem vinte anos, nem quase trinta anos, como esteve ligado ao poder local o seu antecessor, que deixou uma obra notável. O tempo, hoje, é também um tempo diferente. E é diferente a todos os níveis, até nestas questões dos fundos comunitários, e disso falará a seguir. No que diz respeito aos números apresentados pelo senhor deputado Luís Almeida, disse estranhar aqui a antagonia da intervenção, pois se por um lado falava de embelezamento, por outro falava de transparência ou de situações menos claras. Respondeu que não houve embelezamento, e que gostaria que ficasse claro que, nos dois meses em que este executivo governou a Câmara, esta foi governada com a mesma seriedade com que, com certeza, o senhor governaria se lá estivesse. Por isso não lhe ficam muito bem essas desconfianças de, o que é que fizeram ao dinheiro. O dinheiro serviu única e exclusivamente para pagar um milhão e trezentos mil euros de faturas que lhes foram deixadas pelo anterior executivo. Continuou dizendo que não andou com essas bandeiras na rua, como o fizeram alguns há doze anos atrás, e que se calou e pagou, porque essa era a sua obrigação, e porque havia dinheiro para pagar, como o houve há doze anos. Dirigindo-se ao deputado municipal Rui Neves reiterou que havia dinheiro há doze anos atrás, porque nessa altura ele próprio era membro da Assembleia Municipal, sabendo que o que foi feito, foi um aumento do prazo da dívida de curto prazo. O que aconteceu agora foi, cerca de 1,3 milhões de euros de faturas, maioritariamente referente a alcatroamentos, tendo alguém tomado a opção de o fazer, não pondo em causa a legitimidade e a bondade dos que o antecederam. Agora, o que não quer, é que venham para aqui dizer que não sabem o que é que se fez ao dinheiro. Continuou dizendo que, se este executivo quiser pôr a prazo dois milhões e meio de euros a prazo, tem condições para o fazer, porque nos saldos bancários da Câmara estão lá mais de três milhões de euros, porque este executivo governa exatamente com a mesma responsabilidade com que se governou até aqui, e que não haja dúvidas sobre isto. Mas claro que há opções políticas. É prioridade deste executivo garantir as condições mínimas à população do concelho, mas não é andar a gastar mais de um milhão de

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

euros em cima daquele que se gastou, a fazer alcatroamentos. Reconhece a necessidade de alcatroar, mas primeiro há que fazer o saneamento e o resto do abastecimento de água que falta fazer. O que existe neste momento é um conjunto de projetos que é fundamental que sejam feitos, e sobretudo projetos de reabilitação, porque o anterior executivo fez muita obra, mas esqueceu-se da obra que tinha feita, esquecendo-se de reabilitar e de manter, havendo pavilhões onde entra a água da chuva, edifícios camarários a cair, edifícios que não apresentam a mínima dignidade para apresentar aos munícipes e aos que vem de fora. Esta é a sua prioridade neste momento: fazer projetos, o planeamento estratégico para a área do turismo está encomendado, e é sobretudo reabilitar. Não se pode deixar cair o que os seus antecessores fizeram durante estes anos todos, sendo natural a necessidade preservação do património. Há que investir nessas áreas, dizendo que na reabilitação dos três depósitos de água se vão gastar mais de cento e cinquenta mil euros, que se tivessem sido mantidos nos anos anteriores não seriam gastos agora, investindo-se provavelmente, em alcatrão.-----

-----Relativamente às contas e sobretudo ao depósito a prazo, pede que percebam que foi assim que as coisas se passaram, podendo disponibilizar na próxima sessão o estrato bancário para todos verem onde é que o dinheiro foi gasto.-----

-----Outra questão que passou a explicar, foi a situação de constituição de provisão por razões prudenciais. Disse que a Câmara foi chamada à atenção pelo Revisor Oficial de Contas dado que existe um processo instaurado contra a Câmara pela Vodafone. Estes processos têm tido normalmente para as Câmaras Municipais, decisões desfavoráveis. Assim o ROC entendeu que, mesmo não se considerando que as decisões façam jurisprudência, era de bom-tom, até para evitar uma referência no relatório, constituir a provisão, sendo que o valor da provisão foi exatamente aquele que ele sugeriu. Por razões meramente prudenciais, foi constituída a provisão de setenta mil euros, por sugestão do Revisor Oficial de Contas. Continuou dizendo que prefere apresentar as contas desta forma, com menos resultado, do que estar a fazer ao contrário, a empolar, a embelezar, a tornar mais bonito para ter mais cem ou duzentos mil no resultado. Não é essa a sua forma de estar, afirmou, dizendo ainda que podem contar com os relatórios da forma mais transparente possível, porque é esse o seu propósito.-----

-----Quanto à intervenção de Antonio Pires, referiu que no que diz respeito a estas questões tão sensíveis como o são o abastecimento de água e o saneamento básico, existe uma entidade reguladora e esta é implacável. Se não se conseguirem atingir os *ratios* que estão definidos, recebem um cartão amarelo e no ano seguinte os tarifários terão de ser aumentados. Por isso, desde o primeiro dia, e todo o executivo concordou com esse procedimento, foi colocada uma equipa na rua, para perceber, para sensibilizar, para alertar e depois para agir. Porque o concelho de Porto de Mós tem oito mil e quinhentas casas servidas por saneamento, mas existem pouco mais de quatro mil e quinhentas ligadas, e a lei obriga à ligação. Este trabalho está a ser feito com sucesso. Se esse sucesso não se concretizar, foi dado mais um passo para a tentativa de resolução

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

do problema - se as pessoas não quiserem ligar, porque estão servidas por uma fossa, terá de ser a autoridade tributária de forma coerciva a fazer a cobrança, no âmbito do protocolo feito com aquela entidade. -----

-----Quanto às questões colocadas por Antonio Carvalho, disse que de facto as Associações são vitais para a dinâmica de um concelho, sendo seu propósito, não só apoiá-las financeiramente, mas integrá-las na maioria dos projetos desenvolvidos pela Câmara Municipal, em conjunto também com os senhores Presidentes de Junta, com muito agrado por parte dessas associações e também com excelentes resultados. Relativamente ao questionado sobre as candidaturas ao 2020, disse que foram apresentadas duas candidaturas, sendo que uma vinha do executivo anterior e que era a reabilitação do Castelo de Porto de Mós, a outra tem a ver com um projeto de acessibilidade ao Castelo sendo que esse monumento passará a ser acessível a pessoas com mobilidade reduzida, estando esta já em fase final de aprovação. Foi apresentada uma candidatura no âmbito do pacto intermunicipal à rede de património natural, de cerca de duzentos mil euros, para reabilitação da nascente e do Rio Lena. Foi ainda apresentada uma outra candidatura que está em fase de formalização ao turismo de natureza. Esta candidatura tinha cabimentados no pacto, duzentos e cinquenta mil euros, e na reprogramação conseguiu-se ir buscar mais cerca de trezentos e quarenta mil euros, tendo um valor global de cerca de setecentos mil euros, que será comparticipada em 85%. Finalmente, foi também apresentada um candidatura para o canil e gatil municipal no âmbito de um novo aviso que foi recentemente aprovado.-----

-----Quanto à certificação legal de contas e certificação com reservas, disse que a reserva que é levantada pelo revisor oficial de contas, não constitui uma reserva que impeça o município de ir à banca financiar-se. Terminou dizendo que, não houve tempo de olhar com olhos de ver, e assessorados, como tem de ser, para se fazer a avaliação do património que está registado com zero euros, sendo que é sua intenção fazer isso, pelo que no próximo ano essa reserva já aqui não virá.-----

-----Não havendo mais pedidos de intervenção, foi o ponto 4 da ordem de trabalhos colocado a votação - **Relatório de Gestão e Prestação de Contas de 2017** – tendo o mesmo sido **aprovado por maioria, com 3 (três) votos a favor e 27 (vinte e sete) abstenções**.-----

----- **5. Relatório do Auditor Externo sobre as Contas de 2017;**-----

-----O senhor Presidente da Câmara passou a usar da palavra dizendo que se iria escusar de tecer grandes considerações, tratando-se de dar conhecimento deste relatório à Assembleia e tendo o mesmo sido distribuído por todos, e porque o comentário que este relatório merece, foi aquele que o deputado António Carvalho referiu. -----

-----**Antonio Pereira Carvalho (PS):**-----

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Usando da palavra, passou a dizer que, quando se fala de reserva, se fala em dois tipos de reserva: reserva por limitação de âmbito, que significa que se pode ter uma rubrica bastante importante, mas que não existem elementos para se pronunciar acerca dela, e outra que é uma reserva por desacordo, isto é, a entidade que está a fiscalizar entende de determinada maneira, mas eu não concordo com ela. Do ponto de vista prático, corrigindo esta situação, a posição das contas da Câmara vai melhorar, aumentando o ativo em termos do seu património, do seu imobilizado, em contrapartida de fundos próprios, o que significa que a autonomia financeira aumenta e o património também aumenta, acabando por ser uma reserva positiva. O aspeto negativo é ter uma certificação de contas com reservas.-----

-----**7. Modificação aos Documentos Previsionais 2018-2021:**-----

-----**7.1. 1.ª Revisão ao Orçamento; 7.2. 1ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos e 7.3. 1.ª Revisão às Atividades Mais Relevantes;**-----

-----Atendendo à interligação dos pontos supra, o senhor Presidente da Câmara passou a fazer a sua apresentação em conjunto, procedendo-se posteriormente, à sua votação separadamente.--

-----Começou por dizer que o saldo da gerência anterior se cifra em dois milhões cento e nove mil seiscientos e setenta e um euros, havendo uma previsão em orçamento, em receita de capital, de quatrocentos e cinquenta mil euros, conforme referiu há pouco. O valor líquido a reforçar é um milhão seiscientos e cinquenta e nove mil seiscientos e setenta e um euros e dezasseis cêntimos. Referiu depois que o seu objetivo é integrar em despesas correntes trezentos e sessenta e sete mil e seiscientos e setenta e um euros, ou seja, 22% e os restantes 78%, um milhão duzentos e noventa e dois mil euros em despesa de capital. Considera que existe aqui um equilíbrio orçamental face ao total da despesa. Nas despesas correntes, o reforço destina-se a fazer face a despesas com pessoal, pois foi preenchido o lugar de Comandante Operacional, que deverá iniciar funções a partir 2 de maio e também do senhor vereador Marco Lopes que não estava previsto no final do ano. Foram também feitos alguns reforços prudenciais, nomeadamente, porque a seca foi para além daquilo que era expectável, e teve que ser reforçado substancialmente o valor da água para a EPAL. Referiu ainda que, o reforço se destina a apoio a instituições sem fins lucrativos, para formação e para as instalações. Na despesa de capital, na administração geral, irá ser adquirido o equipamento GPS para as viaturas, a renovação do parque informático, manutenção e reparação do edifício das Docas, dos Paços do Concelho, aquisição das viaturas elétricas, reforçando-se também a verba para fazer face ao compromisso assumido com os Bombeiros Voluntários do Juncal. Reforçam-se ainda mais trinta mil euros para as associações, sobretudo para apoiar projetos que tenham que ver com a melhoria da segurança dos edifícios. Disse ainda que também houve um reforço para a aquisição da unidade móvel de saúde, referindo que se está a ultimar a candidatura, havendo um princípio de acordo com a ARS, adquirindo-o depois com a comparticipação ao abrigo do 2020, no âmbito do pacto que foi reforçado na reprogramação em

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

cerca de sessenta e cinco mil euros para este efeito. Na valorização dos espaços urbanos teve também que haver um reforço, havendo aqui uma situação de loteamento em que a Câmara em tempos, executou a garantia bancária, assumindo assim, a obrigação de terminar o loteamento. Não tendo acontecido nessa altura, agora os proprietários do loteamento vêm exigir à Câmara que esta o conclua. Quanto à rede de saneamento, disse ter deixado previsto por precaução, pois esta possibilidade está ainda dependente de uma candidatura, a aquisição de uma viatura de desentupimento e desobstrução e recolha de saneamento. Esta viatura a ser adquirida, sê-lo-á num projeto comunitário, em conjunto com a Câmara da Batalha. Ainda nas despesas de capital foram reforçadas as verbas referentes a abastecimento de água, estando a ser executado mais um troço na Cruz da Légua, sendo um projeto que foi lançado agora. Foi ainda reforçada em duzentos e quarenta e cinco mil euros a verba para fazer face à aquisição dos terrenos da zona industrial, bem como foi ainda reforçada a verba destinada à requalificação do Parque de Campismo de Arrimal e também a verba destinada a consultadoria no âmbito do turismo de natureza, sendo estes entretanto, incluídos na candidatura e assim comparticipados.-----

-----**Mário Alberto Rosa da Cruz (AJSIM):**-----

-----Relativamente aos pontos em apreço, disse que não pode deixar de notar que na modificação orçamental, na rubrica "outros bens", não consegue perceber a que se refere, a não ser que se trate de promover a realização de eventos a que se tem vindo a propor, pedindo que se explique que "outros bens" são esses, até porque o montante é significativo. Outra questão que colocou diz respeito ao Parque de Campismo de Arrimal, dizendo que não se trata de uma discordância sobre haver uma dotação orçamental para a requalificação do mesmo, mas gostaria de saber o ponto de situação, dado que o Parque de Campismo de Arrimal não é propriedade do Município, mas sim do Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros.-----

-----**Samuel Dinis Cordeiro da Costa (PS):**-----

-----Usando da palavra deixou uma recomendação à Câmara no sentido de futuramente, e aquando de revisões orçamentais, se faça uma resenha sobre o que se pretende com essas revisões, e que se faça acompanhar dos respetivos mapas.-----

-----**José Gabriel Pires Vala (PSD):**-----

-----No uso da palavra disse que é normal que estas situações aconteçam por forma a reforçar verbas para situações que se venham verificar de maior premência.-----

-----Respondeu aos anteriores intervenientes o senhor Presidente da Câmara dizendo a **Mário Cruz** que efetivamente a rubrica *outros bens* tem a ver com o aluguer de algumas tendas e aquisição de outros bens e serviços. Quanto ao Parque de Campismo do Arrimal, disse que tem tido

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

conversas com o senhor Presidente da Junta, não tendo ainda encontrado o melhor modelo, mas que decidiu, ainda assim, fazer uma proposta ao Parque Natural. Em regime de comodato, se o ICNF transferir para o município a posse do parque de campismo por um prazo mínimo de 25 anos, a Câmara aceitará fazer as obras necessárias e explorar o parque de campismo. Continuou dizendo que o parque de campismo como está não serve a ninguém e enquanto portomosense sente vergonha do estado em que se encontra, pois os turistas não sabem de quem é a sua gestão e pressupondo que é a Câmara de Porto de Mós. O parque de campismo está referenciado como sendo um parque rural, mas está vandalizado e inoperacional transmitindo para quem quer ali ficar uma péssima imagem do concelho. A proposta que existia traduzia-se num contrato de 10 anos com renovações anuais. Este executivo não aceita fazer as obras de requalificação com uma cedência de 10 anos, sob pena de se estar a investir, o investimento nem sequer estar amortizado e de repente perder-se o direito ao edifício. O que foi pedido foi um contrato de 25 anos e renovações automáticas no mínimo de 5 anos.-----

-----A **Samuel Costa** disse fazer *mea culpa*, passando a explicitar o que é a FABLAB, dizendo que se trata de um laboratório com a oferta de serviços diferenciados, dizendo querer instalá-la onde está atualmente o Espaço Jovem, porque o propósito é que venha para a antiga cadeia, logo que esta esteja requalificada. A par de toda a requalificação do parque informático do Espaço Jovem, vai-se começar a adquirir algum equipamento para se iniciar o processo. Estão a ser encetadas negociações com algumas operadoras multinacionais, o que a concretizar-se será muito bom para Porto de Mós.-----

-----Não havendo mais intervenções, a senhora Presidente da Assembleia Municipal pôs a votação o ponto 7.1 da ordem de trabalhos - . **1.ª Revisão ao Orçamento** – tendo o mesmo sido **aprovado por maioria, com 17 (dezassete) votos a favor e 13 (treze) abstenções**.-----

-----Seguidamente foi posto a votação o ponto 7.2 da Ordem de Trabalhos - **1ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos** - tendo o mesmo sido **aprovado por maioria, com 18 (dezoito) votos a favor e 12 (doze) abstenções**.-----

-----Por fim foi posto a votação o ponto 7.3 da Ordem de Trabalhos - **1.ª Revisão às Atividades Mais Relevantes** - tendo o mesmo **sido aprovado por maioria, com 18 (dezoito) votos a favor e 12 (doze) abstenções**.-----

-----**8. Proposta Nomeação de Auditor Externo para Certificação Legal das Contas Municipais dos Anos de 2018, 2019 e 2020**-----

-----O senhor Presidente da Câmara passou a apresentar o ponto supra, dizendo que se abriu um procedimento concursal tendo sido convidados três revisores oficiais de contas, sendo um deles

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

o atual revisor, que apresentou o preço mais baixo, propondo à Assembleia Municipal a nomeação, para os efeitos e nos termos do Artigo 77.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro, do auditor externo de Contas Marques de Almeida, J. Nunes, V. Simões & Associados – Sociedades de revisores oficiais de contas, S.A inscrito na lista das Sociedades de revisores Oficiais de contas sob o nº 176, para os exercícios de 2018, 2019 e 2020.-----

-----**Antonio Pereira Carvalho (PS):**-----

-----Usou da palavra dizendo que no ponto 4 da proposta apresentada se refere “...determinei, por meu despacho de 20 de Março findo, a consulta ao mercado através da figura da consulta prévia...” perguntando o que é que foi feito. Continuou dizendo que em sua casa existem três revisores de contas e é a segunda vez que esta Assembleia nomeia revisores de contas. Da primeira vez não lhe deram uma explicação, acrescentando que ele próprio não estaria disponível atendendo ao facto de ser membro da Assembleia, mas que existem mais dois revisores de contas em sua casa, não sabendo se estariam interessados ou não em apresentar alguma proposta, razão pela qual irá votar contra. Numa consulta prévia em que o critério é o custo, não se podem convidar três revisores, pois provavelmente o concelho tem mais.-----

-----O senhor Presidente da Câmara referiu que faz *mea culpa*, mas que perguntou a alguém que lhe afirmou que o Dr. Carvalho não estaria disponível. Acrescentou ainda que, é seu propósito procurar no concelho de Porto de Mós quem preste os serviços que se tornem necessários a Câmara contratar. Nesta questão em concreto, disse que teve o cuidado de perguntar, mas que não terá perguntado à pessoa certa. Antonio Carvalho perguntou ainda se foi convidado alguém do concelho, tendo o senhor Presidente respondido que não, e que apenas o conhecia a ele.-----

-----Não havendo mais pedidos de intervenção, foi o presente ponto da ordem de trabalhos posto a votação - **Proposta Nomeação de Auditor Externo para Certificação Legal das Contas Municipais dos Anos de 2018, 2019 e 2020** – tendo o mesmo sido **aprovado por maioria, com 29 (vinte e nove) votos a favor e 1 (um) voto contra.**-----

-----Seguidamente a senhora Presidente da Assembleia referiu que tendo sido discutidos todos os pontos da ordem de trabalhos que era imprescindível que fossem aprovados, seguir-se-ia agora a ordem normal da agenda para esta sessão.-----

-----**3. Proposta de Adesão à Associação PORPAV - Associação da Calçada Portuguesa;**-----

-----O senhor Presidente da Câmara, usando da palavra, passou a dizer que teve conhecimento que estava em curso o processo de constituição desta Associação tendo contactado a sua direção no sentido de Porto de Mós a poder integrar. Esta Associação foi criada a partir da Câmara

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Municipal de Lisboa, que tem também como seus associados algumas cidades dos PALOP's onde está bem vincada esta questão da calçada à portuguesa, e dinamizada em conjunto com a ASSIMAGRA. Este assunto foi presente a reunião de Câmara, que o aprovou, tendo sido suscitado pelo vereador Rui Marto, a possibilidade de se poder ainda apelar, para que Porto de Mós pudesse ser fundador da associação. Tendo sido feito o pedido, parece-lhe que vai ser aceite. Terminou dizendo que a ser assim, Porto de Mós será um dos fundadores da Associação de Calçada à Portuguesa, que irá fazer a candidatura da calçada a património da UNESCO.-----

-----**José Gabriel Pires Vala (PSD):**-----  
-----Usou da palavra para manifestar o seu agrado relativamente a esta proposta atendendo à ligação que o concelho tem com a exploração da pedra de calçada.-----

-----**Samuel Dinis Cordeiro da Costa (PS):**-----  
-----Interveio, realçando que também a bancada socialista ficou muito agradada com esta adesão, criando-se aqui um cordão umbilical entre Lisboa e Porto de Mós e possibilitando trazer um turismo mais social e transformar isto numa grande mais-valia para o concelho, considerando muito importante ser-se um dos sócios fundadores desta Associação. -----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção, foi o presente ponto da ordem de trabalhos posto a votação - **Proposta de Adesão à Associação PORPAV - Associação da Calçada Portuguesa** - tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade**.-----

-----**6. Estatuto da Oposição – Lei nº 24/98 de 26 de Maio – Relatório de Avaliação do Grau de Observância do ano de 2017 (artº 10º da Lei 24/98 de 26 de Maio);**-----

-----Usando da palavra, o senhor Presidente da Câmara referiu que o estatuto do Direito de Oposição nas autarquias locais está e foi consagrado na Lei n.º 24/98, de 26 de Maio, baseando-se no princípio constitucional do direito de oposição democrática. O Relatório de Avaliação do Grau de Observância do ano de 2017 foi presente a reunião de Câmara e vem agora a esta sessão da Assembleia Municipal para conhecimento.-----

-----**Mário Alberto Rosa da Cruz (AJSIM)**-----  
-----Usando da palavra começou por dizer que esta lei tem uma relevância que lhe parece essencial, recomendando que se lhe dê a atenção que ela merece.-----

-----**9. Autorização prévia no âmbito da lei dos compromissos plurianuais assumidos, nos termos da alínea c) do n.º 1 do Artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro;**-----

-----O senhor Presidente da Câmara usou da palavra dizendo que nos termos da Lei supra, foi

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

solicitado à Assembleia Municipal que deliberasse no sentido de emitir autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais pela Câmara Municipal, nos casos em que os encargos resultem de projetos, ações ou de outra natureza constantes das Grandes Opções do Plano e também em casos cujos encargos não excedam o limite de 99.759,58€ em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação e o prazo de execução de três anos. Na sequência da aprovação da referida autorização prévia genérica em Assembleia Municipal de 15/12/2017, e dando cumprimento ao artigo 22.º e Anexo I das Medidas de Execução do Orçamento da Câmara Municipal de Porto de Mós para o ano 2018, deu conhecimento dos compromissos assumidos ao abrigo da mesma desde 01/01/2018 a 30/03/2018.-----

-----**10. Abertura de procedimento concursal tendente a prover cargo de direção Intermédia de 2º grau (Chefe de Divisão Financeira, Recursos Humanos e Gestão Administrativa) - Proposta de nomeação do Júri do concurso:**-----

-----O senhor Presidente disse que a abertura deste procedimento concursal decorre da necessidade de prover o lugar deixado vago pela Drª. Neuza Morins. Sobre a questão do júri, foi seu entendimento contactar os Presidentes de Câmara dos concelhos vizinhos (Leiria, Ourem e Batalha) que prontamente lhe indicaram as chefias mais habilitadas para constituírem este júri.-----

-----**Luís Manuel Coelho Almeida (AJSIM):**-----

-----Usando da palavra perguntou o que é que se estava aqui a votar: a abertura do procedimento concursal ou a constituição do júri?-----

-----Respondeu o senhor Presidente da Câmara que se vota a constituição do júri do concurso, corroborado pelo deputado municipal Rui Neves e pela senhora Presidente da Assembleia Municipal.-----

-----Não havendo mais pedidos de intervenção, foi o presente ponto da ordem de trabalhos posto a votação - **Abertura de procedimento concursal tendente a prover cargo de direção Intermédia de 2º grau (Chefe de Divisão Financeira, Recursos Humanos e Gestão Administrativa) - Proposta de nomeação do Júri do concurso** – tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade**.-----

-----**11. Proposta de Concessão de exploração do bar situado no edifício das piscinas municipais e do pequeno bar de apoio às piscinas exteriores:**-----

-----No uso da palavra, o senhor Presidente da Câmara esclareceu que tem havido um conjunto de solicitações junto da Câmara Municipal de Porto de Mós, no sentido de se concessionar a exploração daquele espaço. O assunto foi levado a reunião de Câmara tendo sido discutido qual o melhor modelo a adotar. As experiências anteriores não têm sido muito positivas, como é sabido, e assim entendeu-se alterarem-se alguns dos critérios referentes à proposta anterior, de forma a que se possam seleccionar os candidatos de acordo com aquela que é a visão do

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

executivo e do que deve ser aquele espaço de acordo com as necessidades existentes nesta área. Se a Assembleia Municipal votar favoravelmente esta proposta, esta concessão será feita de forma a que a Câmara Municipal não volte a investir para adaptar aquele espaço às condições de exploração. Continuou dizendo que, a Câmara não pode estar a investir sistematicamente naquele local, para depois de algum tempo, os locatários saírem deixando os equipamentos inoperacionais, O que se pretende é que a renda sirva de amortização do pagamento dos equipamentos, porque se as pessoas sentirem que o equipamento é delas, o tratam de forma mais cuidadosa. -----

-----**Samuel Dinis Cordeiro da Costa (PS):**-----  
-----Pedi a palavra dizendo que apenas quer fazer uma ressalva: na página 2/3, a fórmula ali existente não está refletida na página 4, pedindo a correção da mesma, tendo o senhor Presidente concordado dizendo que se tratava de uma inversão.-----

-----**Mário Alberto Rosa da Cruz (AJSIM):**-----  
-----Disse que também queria chamar a atenção para aquela pequena correção. Disse ainda que a qualificação profissional do ramo do negócio devia estar separada, mas que é uma questão de pormenor. Terminou dizendo que a adjudicação daquele tipo de espaço pelo município, tem caído por base, principalmente porque aparecem curiosos do negócio.-----

-----O senhor Presidente da Câmara respondeu que o executivo entendeu que a qualidade do projeto por si, mais a equipa a afetar, vale 70%, portanto, ou a conjugação destes dois fatores é efetivamente diferenciadora, ou então não se entrega.-----

-----Não havendo mais pedidos de intervenção, foi o presente ponto da ordem de trabalhos posto a votação - **Proposta de Concessão de exploração do bar situado no edifício das piscinas municipais e do pequeno bar de apoio às piscinas exteriores** – tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade**.-----

### -----**12. Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios – Composição da Comissão Municipal;**-----

-----O senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia que o ponto supra decorre de uma imposição legal, plasmada na alínea b), nº 1 do artigo 3º do Decreto Lei nº 124/2006 de 28 de junho, com a redação dada pela Lei nº 76/2017 de 17 de Agosto, de que as comissões municipais têm na sua composição, até 5 representantes das freguesias do concelho, a designar pela Assembleia Municipal.-----

-----Entretanto, chegou à mesa uma proposta conjunta de todas as forças políticas com

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

assento na Assembleia, propondo os senhores **Presidentes das Juntas de Freguesia de S. Bento, Tiago Manuel da Costa Rei (PSD), de Serro Ventoso, Carlos Manuel Amado Cordeiro (PSD), de Mendiga/Arrimal, Jorge Paulo Costa Carvalho (PS), de Calvaria de Cima, Margarida Maria Fonseca Carvalheiro Louro dos Santos (AJSIM) e de Pedreiras, Antonio Rogério de Oliveira Vieira (IPP).**-----

-----Lida que foi a proposta pela senhora Presidente da Assembleia Municipal, foi a mesma submetida a votação, tendo sido **aprovada por unanimidade.**-----

-----**13. Processo n.º 06-13/2017 – Requerente: Emílio da Silva Neto; retificação da Declaração do Reconhecimento de Interesse Público Municipal, referente à ampliação de uma unidade industrial, sita em Covadas, Freguesia de São João Batista e São Pedro;**-----

----- O senhor Presidente da Câmara realçou que se trata de uma retificação da declaração de interesse Público que já aqui foi aprovada, pois esta foi aprovada para uma regularização e ampliação, mas o que é facto é que não houve ampliação, sendo apenas necessária a declaração para a regularização, sendo essa retificação que se vem aqui pedir à Assembleia Municipal, pois o processo veio devolvido para melhor instrução.-----

-----**David Miguel Feteira Salgueiro (PS):**-----

-----Usando da palavra referiu que apenas queria deixar uma ressalva, "mudam-se os tempos, mudam-se as vontades", dado que o PSD, que tanto apregoava insistentemente que não eram pontos que se devessem trazer à Assembleia, agora trilha o mesmo caminho.-----

-----O senhor Presidente da Câmara referiu que queria deixar uma nota, dizendo que vêm a esta sessão três situações que são de regularização de empresas parecendo-lhe que o legislador pretendeu criar um mecanismo que permita avaliar a possibilidade de regularização de um conjunto significativo de unidades produtivas que não dispõem de título de exploração ou de exercício válido face às condições atuais da atividade, designadamente por motivo de desconformidade com os planos de ordenamento do território vigentes ou com servidões administrativas e restrições de utilidade pública. Trata-se de três situações, de três empresários do concelho de Porto de Mós, todos eles empresários de sucesso, que têm constrangimentos, por uma ou outra razão, valendo a pena a análise destes casos, pois trata-se de ir encontro das suas necessidades para fazerem ainda melhor.-----

-----Não havendo mais pedidos de intervenção, foi o presente ponto da ordem de trabalhos posto a votação - **Processo n.º 06-13/2017 – Requerente: Emílio da Silva Neto; retificação da Declaração do Reconhecimento de Interesse Público Municipal, referente à ampliação de uma unidade industrial, sita em Covadas, Freguesia de São João Batista e São Pedro** – tendo o mesmo sido **aprovado por maioria, com 26 (vinte e seis) votos a favor e 4 (quatro) abstenções.**-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----14. Processo n.º 06-18/2017 – Requerente: VASICOL - Olaria de Barro Vermelho, Lda.;  
**Declaração do Reconhecimento de Interesse Público Municipal, referente à ampliação de uma  
unidade industrial, sita em Brejo, Moitalina, Freguesia de Pedreiras;** -----

-----O senhor Presidente da Câmara apresentou o presente ponto da ordem de trabalhos.-----

-----**Antonio Manuel de Sousa Pires (PSD):**-----

-----Usando da palavra referiu-se à intervenção de David Salgueiro, dizendo que todos sabem que desde que esta lei entrou em vigor, se houve alguém que sempre se insurgiu contra estas situações foi ele próprio, não foi o PSD, e mantém o que disse anteriormente, continuando a achar que isto tem de ter um fim. Terminou dizendo que, apesar disso, da mesma forma que já votou favoravelmente anteriormente, irá também votar favoravelmente estes processos.-----

-----**Luís Manuel Coelho Almeida (AJSIM):**-----

-----Usando da palavra disse que sempre votou a favor destas legalizações e que irá continuar a votar, não achando que deva ter um fim, desde que isso seja para o interesse das empresas do concelho. Referiu ainda que esta declaração é apenas um elemento instrutório do processo, de entre muitos outros emitidos por outras entidades.-----

-----Disse depois que queria chamar a atenção, para o facto de a esta empresa terem ardido todas as instalações, há poucos anos, tendo a mesma sido reconstruída no intuito de manter os empregos existentes, merecendo pois, que esta Assembleia lhe dê o seu aval.-----

-----**Antonio Rogério de Oliveira Vieira (Presidente da Junta de Freguesia de Pedreiras – IPP):**-----

-----Interveio para dizer que corrobora as palavras de Luís Almeida, que disse quase tudo o que pretendia dizer. Trata-se de uma empresa que se situa na sua freguesia e que merece o apoio de todos, pois tem evoluído muito, tendo a sua génese numa pequena empresa familiar e empregando hoje em dia cento e dois trabalhadores. Assim, concluiu, votará a favor, porque lhe reconhece mérito. Disse ainda que a lei devia permitir e até obrigar, a que as Juntas de Freguesia se pronunciassem, dando o seu parecer sobre as empresas que se situem nos seus territórios.-----

-----**Olga Cristina Fino Silvestre (PSD):**-----

-----Disse que só queria usar da palavra para chamar a atenção do senhor deputado David Salgueiro que foi mal informado. No passado o PSD sempre votou favoravelmente estas situações, sendo ela própria uma acérrima defensora deste mecanismo, não havendo outra forma de legalizar as empresas, que não seja esta. Trata-se aqui de dar o primeiro passo, havendo depois outras entidades fiscalizadoras.-----

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

-----O senhor Presidente da Câmara usou da palavra dizendo a Antonio Pires que o Decreto Lei nº 165/2014, de 5 de novembro, foi revogada em 24 de julho de 2017, não havendo novos processos, senão aqueles que estavam em curso. Continuou dizendo que ainda há duas semanas se recebeu da parte do ICNF um despacho desfavorável relativamente a uma destas empresas. Por fim referiu que a Vasicol é uma empresa que, se houvesse aqui cem pessoas para ir para lá trabalhar, elas seriam admitidas, porque é uma empresa que está com um défice efetivo de mão-de-obra.-----

-----Não havendo mais pedidos de intervenção, foi o presente ponto da ordem de trabalhos posto a votação **Processo n.º 06-18/2017 – Requerente: VASICOL - Olaria de Barro Vermelho, Lda.; Declaração do Reconhecimento de Interesse Público Municipal, referente à ampliação de uma unidade industrial, sita em Brejo, Moitalina, Freguesia de Pedreiras** – tendo o mesmo sido **aprovado por maioria, com 28 (vinte e oito) votos a favor e 2 (duas) abstenções.**-----

-----**15. Processo nº 06/2017/17, Pedro Marto - Comércio e reparação de Automóveis, Lda. NIPC: 503 726 940; reconhecimento do interesse público municipal referente à regularização da atividade industrial, do estabelecimento sito no lugar de Azoio, Freguesia de Pedreiras;**-----

-----O senhor Presidente da Câmara começou por dizer que a situação desta empresa é um pouco diferente da das empresas anteriores, dado que começou por ser uma empresa de serviços, sendo que há cerca de dois anos começou a produzir componentes automóveis. Tem vindo a fazer tudo no sentido de conseguir a legalização da sua atual atividade. A solução encontrada foi esta. Trata-se de uma empresa que neste momento tem CAE de indústria, estando num processo de certificação que só será possível se estiver devidamente licenciada, e só consegue fazer exportação se estiver certificada. Esta é uma empresa que precisa efetivamente desta declaração para poder crescer.-----

-----**Mário Alberto Rosa da Cruz (AJSIM):**-----

-----Começou por dizer que neste assunto partilha o estado de alma de Antonio Pires, desde há quatro anos. Continuou dizendo que já disse que acha que esta lei é uma aberração, e por dever profissional não pode compactuar com isso. O que está aqui em causa é uma declaração de interesse público municipal. Não tendo nada contra as empresas em causa, se algo não estiver conforme, há uma responsabilidade solidária dos membros desta Assembleia, e isto são decisões técnicas. No caso do Pedro Marto, a atividade principal, quase exclusiva não é indústria, tanto assim que, os serviços técnicos de forma quase eufemística dizem que ainda têm muitas dúvidas que aquilo seja indústria. Da mesma forma, a primeira declaração que aqui foi votada, foi uma declaração nova, não foi retificada, perguntando o que é que aconteceu à outra. Apenas para explicar o seu sentido de voto, não se trata de um estado de alma, mas apenas de legalidade estrita. Assim não votará favoravelmente, abstendo-se.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----**Antonio Rogério de Oliveira Vieira (Presidente da Junta de Freguesia de Pedreiras – IPP)**-----

-----Manifestou o seu desacordo com o anterior interveniente, dizendo que se trata de uma indústria automóvel. Tem a parte de manutenção automóvel, mas também tem a produção de componentes para a instalação de gás, sendo essa a parte de pretende legalizar. Trata-se de uma grande empresa que emprega doze pessoas e a intenção da empresa é a legalização para fabricação de componentes para instalação de depósitos de gás. Terminou declarando que votará a favor.-----

-----**Rita Isabel dos Santos Miguel (PS):**-----

-----Usando da palavra disse que apenas quer fazer uma ressalva a um pormenor técnico no número do processo, pretendendo saber se este está efetivamente correto, porque em vez porque em vez de acabar no ano de 2017, acaba em 17.-----

-----Compulsado que foi o processo em apreço foi esclarecido que se trata do processo nº 17 de 2017, do mês de junho.-----

-----Não havendo mais pedidos de intervenção, foi o presente ponto da ordem de trabalhos posto a votação - **Processo nº 06/2017/17, Pedro Marto - Comércio e reparação de Automóveis, Lda. NIPC: 503 726 940; reconhecimento do interesse público municipal referente à regularização da atividade industrial, do estabelecimento sito no lugar de Azoio, Freguesia de Pedreiras** – tendo o mesmo sido **aprovado por maioria, com 27 (vinte e sete) votos a favor e 3 (três) abstenções**.-----

-----**16. Proposta de Regulamento do Conselho Municipal da Juventude de Porto de Mós;**-----

-----O senhor Presidente da Câmara deu a palavra à senhora Vereadora Telma Cruz que passou a fazer a apresentação deste ponto da ordem de trabalhos. Este regulamento, disse, é aqui apresentado porque é propósito deste executivo dar voz ativa aos jovens, proporcionar um espaço de debate e de partilha, para que tenham voz ativa na tomada de decisão. Cumpridas que foram todas as formalidades exigíveis, vem aqui então, para ser submetido à aprovação da digna Assembleia Municipal.-----

-----**João Guilherme Cerejo dos Santos (PSD):**-----

-----Depois de cumprimentar todos os presentes, disse que apenas queria cumprimentar a Câmara Municipal pelo trabalho desenvolvido neste âmbito, e salientar que esta proposta já havia sido apresentada nesta Assembleia pela sua colega de bancada, Cristiana do Rosário, em 2013, manifestando a sua perplexidade por, passados 5 anos, nada ter sido feito para a implementação do Conselho Municipal da Juventude de Porto de Mos e em seis meses este executivo ter

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

conseguido resolver o problema.-----

-----Não havendo mais pedidos de intervenção, foi o presente ponto da ordem de trabalhos posto a votação - **Proposta de Regulamento do Conselho Municipal da Juventude de Porto de Mós** – tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade**.-----

### -----**17. Designação de um membro de cada partido/grupo de cidadãos eleitores representados na Assembleia Municipal para integrar o Conselho Municipal da Juventude;**-----

-----A senhora Presidente da Assembleia Municipal referiu que este ponto da ordem de trabalhos visa dar cumprimento ao disposto na Lei 6/2012 de 10 de fevereiro, que dispõe que o Conselho Municipal da Juventude é composto, de entre outras entidades, por um membro da Assembleia Municipal de cada partido ou grupo de cidadãos eleitores aí representados.-----

-----Posto isto, chegou à Mesa da Assembleia Municipal, uma proposta subscrita, pelo Partido Social Democrata, propondo, para integrar o Conselho Municipal da Juventude, o deputado João Guilherme Cerejo Santos. Colocada a votação, foi a presente proposta aprovada por unanimidade.-----

-----Seguidamente, o Partido Socialista apresentou o nome do deputado Samuel Dinis Cordeiro da Costa para integrar o Conselho Municipal da Juventude. Tendo sido posta a votação, foi a mesma aprovada por unanimidade.-----

-----Finalmente o Movimento AJSIM, indicou o nome da deputada Municipal Fernanda Marques para o mesmo efeito. Tendo a presente proposta sido posta a votação, foi a mesma aprovada por unanimidade.-----

-----Assim, **foram aprovados por unanimidade os nomes propostos pelas forças políticas com assento na Assembleia Municipal, para integrarem o Conselho Municipal da Juventude, João Guilherme Cerejo dos Santos (PSD), Samuel Dinis Cordeiro da Costa (PS) e Fernanda Maria dos Santos Ferreira Marques (AJSIM)**.-----

### -----**18. Eleição de um Presidente de Junta para representação das freguesias do concelho no Conselho Municipal da Educação;**-----

-----A senhora Presidente da Assembleia Municipal referiu que este ponto da ordem de trabalhos tem como objetivo eleger um Presidente de Junta para representar as freguesias do concelho, junto do Conselho Municipal de Educação.-----

-----A senhora Presidente da Assembleia Municipal fez distribuir boletins de voto a todos os membros da Assembleia Municipal, com o nome de todos os Presidentes de Junta de Freguesia, sendo que, o mais votado, será o que representará as Juntas de Freguesia do Concelho, no Conselho Municipal de Educação. No caso de o Presidente de Junta mais votado não aceitar, será o seguinte mais votado o representante e assim sucessivamente. Posto a votação do plenário o

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

critério em questão, foi o mesmo **aprovado por unanimidade**.

Feita a votação por escrutínio secreto, foram obtidos os seguintes resultados:

**Manuel de Freitas Barroso** (Presidente da Junta de Freguesia de Porto de Mós – S. João Baptista e S. Pedro): **15 (quinze) votos**.

**Sandra Maria da Silva Martins** (Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Alcaria e Alvados): **13 (treze) votos**.

**Filipe da Conceição Batista** (Presidente da Junta de Freguesia de Alqueidão da Serra): **1 (um) voto**.

Nesta conformidade, **ficou eleito para representar as freguesias do concelho no Conselho Municipal da Educação, o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Porto de Mós – S. João Baptista e S. Pedro, Manuel de Freitas Barroso, que manifestou a sua aceitação**.

**19. Proposta de Alteração Regulamento do Conselho Municipal da Educação de Porto de Mós;**

A senhora Vereadora Telma Cruz passou a apresentar o ponto supra, referindo que as alterações que foram introduzidas decorrem das alterações legislativas que ocorreram consubstanciando essa necessidade. Cumpridas que foram todas as formalidades exigíveis vem aqui então para ser submetido à aprovação da digna Assembleia Municipal.

Não havendo mais pedidos de intervenção, foi o presente ponto da ordem de trabalhos posto a votação - **Proposta de Alteração Regulamento do Conselho Municipal da Educação de Porto de Mós** – tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade**.

**20. Relatório anual da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens do Concelho de Porto de Mós;**

A senhora Vereadora Telma Cruz passou a apresentar o ponto supra, referindo que o relatório que foi apresentado espelha de forma sintética a atividade da CPCJ, quer na sua modalidade restrita, quer na sua modalidade alargada, no ano de 2017. Importa dizer que na sua modalidade alargada apenas reuniu duas vezes, o que disse achar pouco, estando, agora, no novo ciclo a reunir mensalmente.

Teceu depois algumas considerações sobre o estado dos processos, referindo que à data de hoje, existem 84 processos ativos.

**21. Informação nos termos da alínea c), nº 2 do artigo 25º da Lei 75/2013, de 12 de Setembro.**

O senhor Presidente da Câmara passou a referir que este documento espelha aquilo que foi a atividade do município nos últimos três meses, tendo a mesma sido enviada a todos os presentes, para conhecimento, manifestando a sua disponibilidade para prestar qualquer informação tida por

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

conveniente.-----

-----Prosseguiu, dizendo que queria deixar a nota de que o Município ainda não recebeu nada referente ao financiamento da escola de Calvaria de Cima, valor que se cifra em cerca de duzentos mil euros, bem como da envolvente exterior à Várzea, sendo esta uma candidatura que foi feita recentemente, estando em execução, bem como se recebeu relativamente pouco no que diz respeito ao saneamento de Mira de Aire. A completar esta questão e que faz a diferença, são os juros de mora que foram pagos em janeiro do ano passado e que é uma receita que este ano não entrou, havendo ainda a questão dos quase duzentos mil euros da EDP, que pagou em abril e não em março, fazendo também a diferença, porque embora esse dinheiro já tenha entrado nas contas do Município, está aqui a fazer-se um reporte a 31 de março.-----

-----Disse depois que queria destacar, de entre as atividades do Município, elencadas no documento, a ARU de Mira de Aire, pela importância que tem. Foi lançado um procedimento para a ARU de Mira de Aire, e inicialmente era expetável que se pudesse lançar o procedimento para uma parte de Mira de Aire, mas Mira de Aire, com pequenas exceções, precisa toda de uma intervenção. Assim far-se-á uma ARU sistemática, por forma a garantir que este processo pode efetivamente, vir a revitalizar o tecido urbano da vila de Mira de Aire, que tanto precisa. Foi também encomendado um estudo para o Campo da Fiandeira, sendo necessário revitalizar aquela zona e dar outra centralidade à vila de Mira de Aire. Finalmente, está também em fase final de execução, o plano de pormenor da zona industrial de Mira de Aire para que possa ser transformada em área de localização empresarial, garantindo que algumas empresas que não sejam indústria, se possam ali instalar.-----

-----**Manuel de Freitas Barroso (Presidente da Junta de Freguesia de Porto de Mós – S. João Baptista e S. Pedro – PS):**-----

-----Usando da palavra referiu que amanhã teria início a semana cultural da Freguesia de Porto de Mós, convidando todos a estarem presentes na respetiva inauguração.-----

-----**Carlos Manuel Amado Cordeiro (Presidente da Junta de Freguesia de Serro Ventoso – PSD):**-----

-----Usou da palavra para se congratular com o facto de se ter colocado no Salão Nobre o Município a fotografia do anterior Presidente de Câmara, senhor João Salgueiro, junto dos seus pares.-----

-----**Elsa Cristina Leitão dos Santos (PS):**-----

-----Referindo-se a Mira de Aire salientou o estado de degradação da vila, sobretudo na entrada. Sobre todas aquelas casas, perguntou se não há forma, já que os proprietários não vão requalificar os edifícios, de a Câmara poder atuar sobre os mesmos. Deu o exemplo do que se passa em Águeda, em que a Câmara, colocou alguns painéis tapando as fachadas das casas

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

degradadas, de forma que as pessoas quando passam, o que vêm é um grafiti, perguntando se não se poderia adotar uma solução semelhante, principalmente na estrada principal de Mira de Aire, que é o pior cartão-de-visita que se pode ter.-----

-----**Antonio Manuel de Sousa Pires (PSD):**-----

-----Usou da palavra para pedir um esclarecimento ao senhor Presidente da Câmara, que falou num projeto para o Campo da Fiandeira, sendo certo que na última vez que aqui se falou do mesmo, ele ainda não era propriedade da Câmara.-----

-----O senhor Presidente da Câmara passou a responder aos anteriores intervenientes, dizendo a Antonio Pires que efetivamente o Campo da Fiandeira ainda não é propriedade do Município, estando a decorrer negociações para a sua aquisição, de forma a tentar-se baixar o valor pedido pela Autoridade Tributária e Segurança Social. O estudo contratado é um estudo primário, no sentido de se perceber o que é que é possível ali fazer. Disse ainda sentir que é sua obrigação lutar para que o Município adquira o Campo da Fiandeira, de forma a devolvê-lo à população de Mira de Aire.-----

-----Quanto à questão colocada pela deputada Elsa Leitão colocou, disse que é exatamente no âmbito do ARU, que evoluiu para PERU em Águeda, que foi feito este investimento, que também conhece. Neste momento, só as sedes de concelho é que podem ter PERU's ou PARU's.-----

-----Terminou, dirigindo-se ao senhor Presidente da Junta de Freguesia de Porto de Mós, confirmando a presença na inauguração da Semana Cultural da Freguesia de Porto de Mós.-----

-----A senhora Presidente da Assembleia usou ainda da palavra para elogiar a forma célere e objetiva de como decorreram os trabalhos desta sessão, cuja ordem de trabalhos era muito extensa.-----

-----**MINUTA DAS DELIBERAÇÕES DESTA SESSÃO:**-----

-----Tendo em conta que várias deliberações deverão tornar-se imediatamente executórias, a Presidente da Assembleia Municipal, prosseguiu dizendo que, **a mesa da Assembleia propõe a aprovação em minuta das deliberações constantes dos pontos 3, 4, 7 (7.1, 7.2, 7.3), 8, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, e 19 da Ordem de Trabalhos**, dispensando a sua leitura. Submetida esta proposta a votação, foi a mesma **aprovada por unanimidade**.-----

-----A senhora Presidente da Mesa da Assembleia declarou a sessão encerrada às 01.00 horas do dia 27 de abril e para constar se lavrou a presente ata que irá assinar e que eu, Maria Fernanda Pinguicha Toureiro, Assistente Técnica, redigi e subscrevo -----

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

---

---

---

---